

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Kárytha Krystyny Melo da Silva

**A CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO
MENDES**

**Porto Alegre
2018**

Kárytha Krystyny Melo da Silva

**A CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO
MENDES**

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração. Área de Concentração: Estudos Organizacionais

Orientador: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

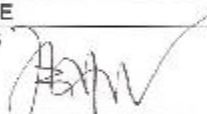
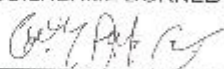
**Porto Alegre
2018**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 28 do mês de agosto do ano 2018, às 16h, na sala 108 da Escola de Administração da UFRGS, reuniu-se em ato público a Banca Examinadora de dissertação de mestrado acadêmico do(a) aluno(a) **KARYTHA KRISTYNY MELO DA SILVA** orientado(a) pelo(a) Prof(a) Dr(a) **RAFAEL KRUTER FLORES (UFRGS)** e composta pelos professores examinadores abaixo relacionados, ocasião em que se realizou a arguição da dissertação intitulada "A CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES". Concluídos os trabalhos, foram atribuídos os seguintes conceitos definitivos:

NOME	CONCEITO
Prof(a). Dr(a). FÁBIO MEIRA – UFRGS 	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovado <input type="checkbox"/> Não Aprovado
Prof(a). Dr(a). GUILHERME DORNELAS CÂMARA – UFRGS 	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovado <input type="checkbox"/> Não Aprovado
Prof(a). Dr(a). SILVIO SIMIONE DA SILVA – CFCH/UFAC	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovado <input type="checkbox"/> Não Aprovado

Em anexo os pareceres individuais dos avaliadores.

OBSERVAÇÃO: Após o ato público da defesa da dissertação este documento deve ser encaminhado para a secretaria acadêmica a fim de ser feita a verificação do cumprimento dos requisitos regimentais pelo aluno e encaminhamento para homologação pela Comissão de Pós-Graduação. Assim sendo, esta ata não pode ser caracterizada como instrumento final do processo de concessão do título de mestre.

 Aluno(a): KARYTHA KRISTYNY MELO DA SILVA	 Prof(a). Dr(a). RAFAEL KRUTER FLORES Presidente da Banca Examinadora
--	--

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Kárytha Krystyny
A Crítica da Vida Cotidiana da Reserva
Extrativista Chico Mendes / Kárytha Krystyny Silva. -
- 2018.
87 f.
Orientador: Rafael Kruter Flores.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa
de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,
2018.

1. Estudos Organizacionais. 2. Vida Cotidiana. 3.
Desenvolvimento Sustentável. 4. Contradições . 5.
Reserva Extrativista Chico Mendes. I. Kruter Flores,
Rafael, orient. II. Título.

*Dedico esta Dissertação aos trabalhadores da
Reserva Extrativista Chico Mendes.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por ter me dado energia para prosseguir nos trabalhos e por ter colocado pessoas especiais no meu caminho, sem as quais eu não teria conquistado a realização deste sonho.

Ao meu orientador o Prof. Dr. Rafael Kruter Flores pelos ensinamentos, paciência e apoio nas várias fases de construção desta Dissertação.

À Banca Examinadora composta pelos professores doutores Fábio Meira Bittencourt, Guilherme Dornelas Camara e Silvio Simione da Silva que contribuíram com considerações importantes que guiaram a confecção final deste trabalho.

Aos colegas do Minter UFAC-UFRGS, em especial Daniele Oliveira, Elizabete Santos, Jhennifer Lauanne, Gisélia Agostinho e Márcia Vojdani, pelos momentos vividos.

Aos colegas do Grupo Práxis Libertadora pelos conhecimentos compartilhados.

Aos colegas de trabalho pelas palavras de apoio e incentivo.

À Universidade Federal do Acre e Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de fazer parte deste projeto de Mestrado Interinstitucional.

Ao Dr. Josimar Batista Ferreira e a Dra. Maria Ceci Mizoscky, que enquanto Coordenadores do Minter UFAC-UFRGS nos auxiliaram no percurso deste Mestrado Acadêmico.

Especialmente à minha mãe Socorro, minha irmã Karen e minha sobrinha amada Helena que acompanharam a minha trajetória nessa pesquisa me dando força.

Ao querido Alex pelo afeto, compreensão e companheirismo.

Aos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes que me acolheram com muito carinho e entusiasmo e me deram a oportunidade de realizar esse trabalho com respeito e compromisso.

Ao amigo Fernando Maia que me auxiliou na tarefa árdua que foi a pesquisa de campo, ao mesmo tempo que contribuiu veemente com suas experiências vividas.

Gratidão!

*"Es temprano para la fiesta"
Não é festa intendente,
É Revolução
Seja lá o que tenha havido
Nestas terras em 1900
O meu presente pergunta
Para quem serviu a festa
Para quem serve a tal revolução
Desde o Bolivian Syndicate
Até o Acre Syndicate
Vamos festejar
Cem anos de tradição, família e propriedade
de periferia sem rumo
Violento pela ilusão eleitoral
Desde o Bolivian...
Vamos dar os nomes aos donos,
Das paredes da história
Que levantam concretos
Alimentam mitos
Pintam fachadas, asphaltam reservas
E cozinham opinião
Como se a coisa pública
Fosse seu pé de fogão
Desde o Bolivian Syndicate...
Se "Es temprano para la fiesta"
Nunca é tarde para revolução*

Heloy de Castro – Acre Syndicate

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado Acadêmico tem como objetivo compreender como as contradições do Desenvolvimento Sustentável estão expressas na Reserva Extrativista Chico Mendes, localizada no Estado do Acre, Brasil, partindo da crítica da vida cotidiana na Reserva, através das premissas trazidas por Henri Lefebvre (2014). Para tanto, a análise da vida cotidiana na Reserva é desprendida da noção empírica, positivista e determinista da lógica formal que promovem um conhecimento fragmentado da realidade deixando escapar a essência dos fenômenos e das coisas, rejeitando a existência de contradições ou qualquer negação daquilo que é definido como absoluto e certo. Logo, analisar como as contradições do Desenvolvimento Sustentável estão expressas na Reserva Extrativista Chico Mendes é, ao mesmo tempo, compreender como a negação das situações cotidianas podem promover o movimento do pensar dentro daquela realidade, fazendo surgir novas possibilidades que influenciem novas escolhas, julgamentos e ações, e por isso refletem uma promessa de superação e transformação da realidade cotidiana. Em razão disso, o presente trabalho foi realizado a partir dos fatos diários, o que propiciou concluir que, justificadas pelo Desenvolvimento Sustentável, contradições históricas são perpetuadas prevalecendo a apropriação capitalista da natureza e a exploração do trabalhador. Os trabalhadores estão submetidos às práticas degradantes do capitalismo, e encontram-se envolvidos por aparências que encurralam seu potencial social, ao mesmo tempo que oferece-lhes o desconhecimento da sua verdadeira realidade social.

Palavras-chave: Contradições – Reserva Extrativista Chico Mendes – Desenvolvimento Sustentável – Vida Cotidiana.

ABSTRACT

This Master's Dissertation aims to understand how the contradictions of Sustainable Development are expressed in the Chico Mendes Extractive Reserve, located in the State of Acre, Brazil. The research seeks to understand these contradictions starting from the critical study of the daily life of the Reserve, through the premises brought by Henri Lefebvre (2014). For this, the analysis of the daily life of the Reserve is detached from the empirical, positivist and deterministic notion of the formal logic that promotes a fragmented knowledge of reality leaving out the essence of phenomena and things, rejecting the existence of contradictions or any negation of what is defined as absolute and certain. Therefore, analyzing how the contradictions of Sustainable Development are expressed in the Extractive Reserve Chico Mendes is at the same time to understand how the denial of everyday situations can promote the movement of thinking within that reality, giving rise to new possibilities that influence new choices, judgments and actions and therefore reflect a promise of overcoming and transforming everyday reality. As a result, the present work was based on daily facts, which led to the conclusion that, justified by sustainable development, historical contradictions are perpetuated, prevailing capitalist appropriation of nature and exploration of the worker. Workers are subjected to the degrading practices of capitalism, and are surrounded by appearances that corral their social potential, while at the same time offering them the ignorance of their true social reality.

Key words: Contradictions – Chico Mendes Extractive Reserve – Sustainable Development – Daily Life.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Acre com delimitação da Reserva Extrativista Chico Mendes	14
Figura 2: Zonas Geopolíticas da Reserva	19
Figura 3: Organograma da Gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes	20
Figura 4: Analista Ambiental trafegando em área de difícil acesso	22
Figura 5: Analista Ambiental do ICMBio na Reserva	22
Figura 6: Reunião entre moradores e gestores da Reserva	23
Quadro 1: Empréstimos captados para financiamento do PDSA	27
Quadro 2: Investimentos do BNDES para o Desenvolvimento Sustentável no Acre	28
Figura 7: Placa no interior da Reserva	31
Figura 8: Sede da Cooperacre na cidade de Xapuri.....	35
Figura 9: Placa encontrada no interior da Reserva	36
Figura 10: Caminhão comprado com recursos do BNDES transportando madeira	36
Figura 11: Máquina e bloco de madeira abandonados na Reserva.....	38
Figura 12: Recorte das zonas geopolíticas da Reserva, visitadas durante a pesquisa	53
Figura 13: Crianças retornando da escola	58
Figura 14: Moradora da Reserva realizando suas atividades diárias.....	60
Figura 15: Carne de caça servida em uma refeição na Reserva	61
Figura 16: Casa típica dos moradores da Reserva	62
Figura 17: Igarapé Vai Se Ver	65
Figura 18: Ponte construída sobre o Igarapé Vai Se Ver	65
Figura 21: Oficina na Reserva organizada pelo Governo Estadual.....	72
Figura 22: Capacitação de Manejo Florestal Comunitário Madeireiro na Reserva	74
Figura 23: Ramais na Reserva Extrativista Chico Mendes	77

LISTA DE SIGLAS

AMOPREAB – Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Assis Brasil

AMOPREBE – Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasileia e Epitaciolândia

AMOPRECARB – Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Capixaba e Rio Branco

AMOPRESEMA – Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira

AMOPREX – Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri

BASA – Banco da Amazônia

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

COOPERACRE – Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre

COOPERFLORESTA – Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre

RECM – Reserva Extrativista Chico Mendes

SEAPROF – Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar

SEMEIA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 A RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	13
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO ACRE E DA EXPLORAÇÃO SERINGUEIRA	13
1.2 A GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	18
1.3 O FINANCIAMENTO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES.....	27
1.4 AS COOPERATIVAS NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	34
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	40
2.1 CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	40
2.2 CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA	44
2.3 SÍNTESE	51
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	53
4 CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	58
CONCLUSÃO.....	80
REFERÊNCIAS	82
ANEXO.....	87

APRESENTAÇÃO

O fato de as Reservas Extrativistas serem utilizadas como espaços para a prática de Desenvolvimento Sustentável no Acre representa a tentativa de conciliação entre crescimento econômico, questões ecológicas e novas alternativas de qualidade de vida para os moradores das comunidades rurais. Apesar dos esforços de vários governos desse estado em mobilizar recursos na tentativa de legitimar-se como opção conciliadora dos interesses da população rural com os interesses do capital e a preservação ambiental, existem muitas contradições e conflitos em torno dessa tentativa de conciliação, contradições estas não apenas relacionadas especificamente ao Desenvolvimento Sustentável, mas ao complexo sistema capitalista ao qual estamos envoltos. Existem várias estratégias alienadoras frequentes e diárias que atuam na tentativa incessante de disfarçar tais contradições. Por isso, desvendar aparências, descobrir a gênese das representações, os sentidos e interesses por detrás da propagação de ideologias dominantes faz parte da reconstrução da vida real (LEFEBVRE, 2014).

No Acre, os conceitos oriundos da proposta de Desenvolvimento Sustentável foram adotados pelos governos estaduais a partir do ano 1999. A expressão ‘Desenvolvimento Sustentável’ foi incorporada ao discurso governamental e ganhou força mediante o uso dos mais variados recursos midiáticos, legais, culturais, políticos, etc.; e contando com a notória habilidade do governo local em moldá-lo como opção de crescimento econômico associado à preservação dos recursos naturais. Logo no início do Governo da Florestania, termo utilizado para referir-se ao governo estadual iniciado pelo então governador Jorge Viana, em 1999, e atualmente conduzido por Tião Viana, ambos do Partido dos Trabalhadores, buscou-se evidenciar a ideia de um novo modelo amparado na vocação ambiental.

A partir de então, o governo, na tentativa de aproximar as esferas econômica e ambiental, passou a fazer uso, nos discursos oficiais, de expressões tais como: “sustentabilidade”, “governo da floresta”, “proteção das florestas”, “conservação ambiental”.

Enquanto acreana, e diante do compromisso de realizar uma pesquisa orientada para a compreensão da sociedade em que vivemos, proponho, com essa Dissertação de Mestrado Acadêmico, contribuir para a perspectiva da natureza como bem comum, se contrapondo aos projetos capitalistas neoliberais que submetem a natureza e o trabalhador aos interesses do capital e dos grandes negócios.

A escolha do tema está relacionada ao meu interesse em construir um conhecimento compromissado através de uma reflexão que considere a busca pela totalidade e a

responsabilidade com a realidade, desconstruindo a concepção aparentemente benéfica de uma estrutura determinada pelos interesses capitalistas. Para isso, conciliada à pesquisa bibliográfica e documental, foi realizada pesquisa de campo no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes, concentrando-se na Zona Geopolítica de Rio Branco e Zona Geopolítica de Xapuri, nas quais foram consideradas as situações aparentemente triviais da vida cotidiana, mas que carregam consigo muitos sentidos.

Embora haja no discurso do Desenvolvimento Sustentável a suposta conciliação dos interesses sociais da população rural aos interesses do capital, bem como à preservação ambiental, a vida cotidiana da Reserva demonstra ser repleta de contradições que são obscurecidas por ambiguidades. Diante disso, empenhei-me a buscar respostas à questão de pesquisa: **Como as contradições do Desenvolvimento Sustentável estão expressas na vida cotidiana dos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes?**

A pesquisa teve como objetivo principal compreender como as contradições do Desenvolvimento Sustentável estão expressas naquele espaço, diante dos seguintes objetivos específicos traçados no estudo: identificar as práticas e políticas públicas de Desenvolvimento Sustentável na Reserva Extrativista Chico Mendes; compreender a relação dos moradores da Reserva com tais práticas e políticas públicas implantadas naquele espaço; observar e analisar os acontecimentos inerentes à vida cotidiana dos moradores da Reserva; e, por fim, identificar as ações tomadas pelos moradores da Reserva diante das contradições que enfrentam.

Para realizar esses objetivos, a pesquisa despreendeu-se daquilo que era apenas visto – aparência – uma vez que o real não apenas consiste no concreto, existente e tangível, mas também envolve representações, simbolizações, desejos e necessidades que comportam possibilidades advindas da sua negação, refletindo, assim, uma promessa de superação.

O estudo parte de pressupostos alimentados pelo compromisso não apenas com a natureza, mas também com a humanidade em geral, pois a reprodução social do mundo em que vivemos parte de bases materiais advindas da relação metabólica entre homem e natureza, mediadas pela atividade fundante do ser social, capaz de transformar o mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada e teleologicamente posta: o trabalho (LUKÁCS, 2012). Logo, resalto a ênfase na abordagem ontológico-epistemológica do Materialismo Histórico através da escolha dos autores Foster (2009) e Flores (2013), que reforçam a concepção de natureza como bem comum e a efetividade do trabalho, assim como também Lefebvre (2014), que traz uma perspectiva de análise inovadora amparada pelo estudo crítico da vida cotidiana como busca pela realidade humana social.

Por fim, ressaltamos a relevância e atualidade desse tema pela necessidade de trazermos à luz a natureza como bem inegociável e indispensável à garantia de sobrevivência da humanidade, desafiando as forças hegemônicas que aspiram submeter todos os aspectos importantes de uma sociedade sadia ao regime de acumulação capitalista que vislumbra o enriquecimento privado e o favorecimento de minorias.

Esta Dissertação está organizada em quatro capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo, faço uma exposição da Reserva Extrativista Chico Mendes, resgatando aspectos históricos até chegar à adoção do Desenvolvimento Sustentável como prática de governo naquela área. Para isso, são consideradas as financiadoras nacionais e internacionais, bem como a estrutura de gestão da Reserva e das cooperativas locais. No segundo capítulo, apresento a fundamentação teórica que sustenta esse trabalho através de Foster (2009), Flores (2013) e Lefebvre (2014). No terceiro capítulo, apresento os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. No quarto capítulo, exploro a vida cotidiana da Reserva Extrativista Chico Mendes, ao tempo que realizo a sua análise crítica. Finalmente, nas considerações finais, são sintetizadas as principais constatações alcançadas através do estudo crítico da vida cotidiana da Reserva Extrativista Chico Mendes, em resposta ao problema de pesquisa.

1 A RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

A região que hoje abrange a Reserva Extrativista Chico Mendes¹ possui um histórico de contradições marcado por disputas de interesses, apropriação mercantilizada da natureza, com a conseqüente degradação desta, assim como também a presença de relações de produção exploratórias e o favorecimento de minorias. A Reserva foi criada com a suposta intenção de atenuar estes fatores. Com esse feito, foram parcialmente solucionadas as questões inerentes à posse de terra. Contudo, tais soluções revelam-se rasas, considerando o surgimento de novas contradições, ou a reprodução das já existentes, ainda que de maneira reinventada. Com a adoção das práticas de Desenvolvimento Sustentável no estado do Acre, novas relações passaram a constituir um complexo arranjo de forças que trabalham na legitimação desse projeto. Muitos recursos transitam em torno da Reserva por meio de financiadoras nacionais e internacionais e de uma gestão voltada à aplicabilidade adequada desses recursos e manutenção de uma aparente coerência na organização da vida na Reserva.

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO ACRE E DA EXPLORAÇÃO SERINGUEIRA

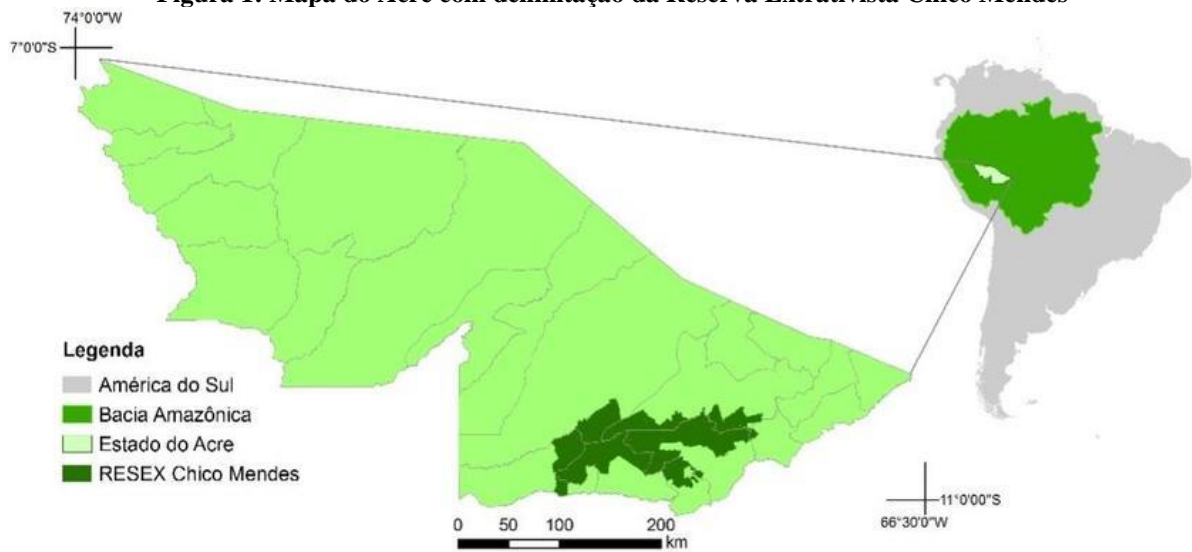
A Reserva Extrativista Chico Mendes foi criada em 1990, através do Decreto Federal nº 99.144, de 12 de março de 1990. Possui 970.570 hectares e fica localizada no estado do Acre, abrangendo os municípios de Assis Brasil, Brasileia, Capixaba, Epitaciolândia, Rio Branco, Xapuri e Sena Madureira.

A região possui um contexto histórico marcado por conflitos em relação à posse e propriedade de terras, desgaste social e devastação ambiental. A criação da Reserva Extrativista teria como objetivo, aparentemente, abrandar essas questões, através da concessão de uso da terra aos extrativistas² e a utilização de técnicas sustentáveis que aliassem crescimento econômico com desenvolvimento social e preservação ambiental.

¹ Nesse trabalho, vou me referir à Reserva Extrativista Chico Mendes, pelo termo Reserva.

² Gudynas (2015, p. 425) conceitua extrativismo como a apropriação de enormes volumes de recursos naturais ou sob práticas intensivas, que ao alimentar exportações, estão globalmente articulados. O próprio autor reconhece que em algumas localidades, principalmente no Brasil, o termo possui outro significado. Nos documentos oficiais do estado do Acre, é entendido como sendo próprio de atividades de extração de elementos da natureza de produtos não madeireiros como castanha, copaíba e látex. Apesar de reconhecer a relevância da conceituação de Gudynas (2015), para demarcar a especificidade da produção primária no contexto latino-

Figura 1: Mapa do Acre com delimitação da Reserva Extrativista Chico Mendes



Fonte: ICMBio (2017)

A história do estado do Acre é caracterizada pela comercialização dos seus recursos naturais, bem como pela exploração dos trabalhadores rurais coletores do látex da seringueira³, denominados seringueiros. No início da produção de borracha no Acre, a região ainda era um território sem fronteiras bem delimitadas; Esta situação deu margem para que alguns conflitos fronteiriços se estabelecessem. Foi nesse cenário, e em meio a uma floresta rica em recursos naturais, que foram abertos os primeiros seringais a fim de explorar a produção de borracha. Desse modo, “os seringais da Amazônia, fornecedores de látex, começaram a ser explorados para atender as indústrias dos Estados Unidos e países europeus como a Inglaterra” (SOUZA, 1992, p. 40).

Para dar início a essa atividade, o capital internacional financiou o deslocamento da mão de obra nordestina para o Acre, com a finalidade de assegurar o funcionamento do sistema e a expansão da produção de borracha. Essa produção ocorria por meio do sistema de aviamento⁴, que definia o fluxo da negociação, envolvendo desde o seringueiro responsável pela extração do látex até o comércio internacional. Nesse sistema, o sujeito menos beneficiado era o seringueiro, pois tinha o saldo devedor na maioria das vezes, visto que era

americano e tornar mais fluida a argumentação, neste trabalho irei me referir a Extrativismo de acordo com a definição oficial do estado do Acre.

³ A seringueira é uma árvore da família das *Euphorbiaceae* (*Hevea brasiliensis*), originária da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, onde existia em abundância e com exclusividade. O látex é encontrado na secreção esbranquiçada produzida por algumas plantas, dentre elas a seringueira, quando seus caules são feridos, e tem como função biológica provocar a cicatrização do tecido lesado.

⁴ De acordo com Souza (1992, p. 50), o sistema de aviamento funcionou da seguinte forma: o seringueiro produzia borracha para pagar suas dívidas junto ao seringalista; o seringalista vendia a borracha para as casas aviadoras de Belém e de Manaus, onde parte da produção era destinada somente para pagar as dívidas dos instrumentos e mantimentos fornecidos por essas casas aviadoras; e estas vendiam a borracha, comprada dos seringalistas e produzida pelos seringueiros, às casas exportadoras existentes em Belém e em Manaus. Por fim, as casas exportadoras vendiam a borracha acreana para as indústrias da Inglaterra e dos Estados Unidos.

vítima do endividamento e quase nunca tinha dinheiro a receber, sendo submetido a um contrato de trabalho com privilégios apenas para o patrão. O sistema de aviação era marcado por fraudes, corrupção, exploração da mão de obra dos seringueiros, desigualdades e privilégios para a elite econômica.

Simultaneamente, estavam acontecendo os embates da assim chamada ‘Revolução Acreana’, que foi a disputa, entre Brasil e Bolívia, pelo território que hoje corresponde ao estado do Acre. Segundo Souza (1992), essa disputa gerou um conflito que durou aproximadamente quatro anos. Com a assinatura do Petrópolis, em 1903, teve fim o confronto entre brasileiros e bolivianos, resultando na concessão, por parte da Bolívia, da região acreana ao Brasil. Desde então, o Acre passou a ser oficialmente parte do território brasileiro.

Esse período da história acreana é denominado pela historiografia como o Primeiro Surto da Borracha Amazônica, de 1876 a 1914, e chegou ao fim quando a atividade de produção da borracha passou a ser predominantemente realizada na Malásia. Porém, após duas décadas de declínio, essa atividade ressurgiu nos seringais acreanos, na Segunda Guerra Mundial (1938-1945), quando os Estados Unidos assinaram com o Brasil os “Acordos de Washington, pelos quais foram destinados 5 milhões de dólares para melhorar a qualidade da produção da borracha vegetal encontrada na Amazônia, e outra quantia igual para financiar um programa de saúde e melhoramento das condições sanitárias da região” (MARTINELLO, 1985, p. 95).

A partir desse investimento, teve início o “Segundo Surto da Borracha”, período também chamado de “A Batalha da Borracha”, nos anos de 1942 a 1945. Além do uso da mão de obra dos que já estavam alocados nos seringais, iniciou-se novamente uma corrente migratória para o Acre de pessoas, principalmente nordestinos, para trabalhar nos seringais. “Os nordestinos tinham que escolher: ir para a guerra ou para o Acre produzir borracha. Milhares preferiram a Batalha da Borracha na Amazônia” (SOUZA, 1992, p. 47). Ressalta-se que, em razão do período de guerra, até hoje estes seringueiros são chamados de “Soldados da Borracha”.

Sobre aquela época, retomamos o relato de um dos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, o entrevistado Francisco da Silva, que fala sobre a relação dos seringalistas com os patrões dos seringais acreanos naquele período:

Eu hoje já tenho 72 anos, nasci e me criei na reserva, sou descendente de nordestino e a vida aqui no passado, de 20 a 30 anos, o dia a dia nosso era pra (sic) extrair o leite da seringa e tirar a castanha, e também plantava na roça milho, arroz, mandioca, feijão pra (sic) subsistência do ser humano e também pra (sic) alimentar os animais que a gente cria (porco, galinha, ovelha). E, no passado, o patrão que era quem comprava a mercadoria (óleo, açúcar, munição etc.) e vendia no barracão pro

(sic) seringueiro. Era a loja do patrão dentro do seringal. Eles eram muito cruel (sic). Não tinham dó do quanto eles iam ganhar em cima do seringueiro, vendia (sic) bastante caro, pagavam a borracha do seringueiro bastante barato, e ainda tinha (sic) a estratégia de ter uma balança de acordo com os seus interesses, e tiravam bastante quilo. Então, o seringueiro era obrigado a aceitar o preço que o patrão pagava pela borracha. O seringueiro não tinha a quem recorrer, talvez se sentiam (sic) mal, se aborreciam (sic), mas iam recorrer pra (sic) quem. As autoridades não ouviam o seringueiro, e atendia (sic) só o patrão. Seja o governo ou a polícia, prevalecia o que o patrão dizia. (Francisco da Silva é morador da Reserva há 37 anos)

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, e com a retomada dos seringais pelos ingleses na Malásia, a exportação da borracha voltou a cair. No entanto, esta continuou a ser produzida pelos seringueiros e negociada pelos seringalistas, que vendiam também a castanha, em menor escala.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, e o passar do tempo, a tradicional atividade extrativista da borracha atravessou um período de desarticulação. Entre as décadas de 1970 e 1980, no Acre, os governos federal e estadual incentivaram a criação de gado como forma de promover o desenvolvimento voltado ao crescimento econômico da região. Souza (1992) afirma que os governos federal e estadual cortaram os incentivos aos seringalistas, tirando a obrigação do Banco de Crédito da Amazônia S.A. de financiar a produção de borracha dos seringais acreanos e de toda a Amazônia. Para grande parte dos seringalistas falidos só restou uma saída: venderem os seringais para pagar o que deviam ao banco. E assim foi feito. “Empresários, fazendeiros e especuladores compravam a terra por preços irrisórios e tratavam de ‘limpá-la’⁵, com função de esvaziamento dos espaços ocupados por seringueiros e seringalistas” (RÊGO, 2002, p. 339).

Os seringais acreanos passaram a ser marcados por violência e desmatamento proveniente da derrubada da floresta para o estabelecimento de pastagem. Famílias inteiras de seringueiros foram expulsas de suas casas pelos novos donos da terra; árvores eram derrubadas para a construção de pastagens; o seringalista, ao embolsar o dinheiro recebido como pagamento pela terra, ia embora do seringal. Naquele espaço permanecia o seringueiro, prestes a perder sua moradia e seus meios de produção que garantiam a sua sobrevivência e da sua família.

Naquele cenário ficou “as terras alienadas foram ocupadas pelos novos proprietários, que deram início a uma operação sem controle de destruição indiscriminada da floresta, com o objetivo de instalar fazendas para a prática da pecuária extensiva de corte” (SOBRINHO, 1992, *apud* PAULA; SILVA, 2006, p.15). Essas ações evidenciaram que os seringueiros não somente foram excluídos da proposta de desenvolvimento incentivada pelos governos

⁵ Limpeza humana.

estadual e federal, como também viveram todas as consequências dela resultante. Em resposta às práticas destrutivas nos seringais, os seringueiros realizaram movimentos até então nunca vistos na região acreana: os empates às derrubadas, nos quais “os seringueiros reuniam suas famílias, iam para as áreas ameaçadas de desmatamento, desmontavam os acampamentos dos peões e paravam as motosserras” (MEMORIAL CHICO MENDES, 2017).

No início dessas lutas, Wilson Pinheiro foi um dos líderes do movimento seringueiro e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasileia, iniciando sua carreira como delegado sindical em 1975, e sendo assassinado em 1980 (ALLEGRETTI, 2002). Depois da morte de Wilson Pinheiro, Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, passou a liderar os movimentos de reivindicações dos seringueiros, com base em Xapuri, intensificando a luta pelos direitos dessa classe de trabalhadores rurais e pela preservação da floresta, dando continuidade também aos *empates*. Alguns destes empates terminavam na prisão de seringueiros e consequentes derrotas; já em outros momentos, os trabalhadores conseguiam impedir a ação dos fazendeiros: “os seringueiros organizaram, entre março de 1976 e dezembro de 1988, 45 empates, indo de encontro aos novos donos de terra, sendo que amargaram 30 derrotas e obtiveram 15 vitórias” (GRENZER, 2013, p. 26-27).

O entrevistado Sindomar Ferreira, de 70 anos de idade, e morador da Reserva há mais de 37 anos, relembra, em seu relato, suas experiências naquele período:

Eu tô (sic) aqui dentro da reserva há 37 anos, cheguei no dia 18 de novembro de 80. Quando eu cheguei aqui tinha era aquelas briga (sic). Eu vivia atrás (sic) de fazer empate, quando nem esperava, chegava um “bocado” e dizia vamo (sic) fazer um empate, fulano de tal. Lá a gente “desabava” dois, três dia (sic), semana. Na Bordon [fazenda], foi um monte de gente preso, tinha um monte de pistoleiro da fazenda do pessoal da parte do Darly (filho de Darcy Alves, mandante do assassinato de Chico Mendes), balearam bem uns três lá [...] empate, mas é assim: o fazendeiro brocava um monte de mato que já pertencia à colocação do fulano de tal que morava lá dentro, aí a gente ia pra lá, né (sic), empatar a derrubada daquela mata que não era certo.

Chico Mendes, enquanto voz representativa dos seringueiros, “em 1976, lançou a sua primeira candidatura, sendo eleito vereador da Câmara Municipal da cidade pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), na época, único partido de oposição ao Regime Militar que era permitido” (GRENZER, 2013, p. 22). Na luta pelos interesses dos seringueiros e em defesa da preservação das florestas acreanas, Mendes destacou-se nacionalmente e internacionalmente, ganhando espaço nos veículos de comunicação, congressos e encontros, oportunidade em que denunciava os desmatamentos, a violência contra seringueiros e a violação dos direitos humanos que aconteciam no Acre, atuando contra os interesses dos grandes fazendeiros e dos políticos tradicionais da época. No entanto, em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado por Darly Alves da Silva, fazendeiro da cidade de

Xapuri, Acre. Sobre as razões do assassinato, Allegretti (2002, p. 2) afirma que “Chico Mendes estava sendo ameaçado pela família Alves, que alegava ser proprietária do seringal Cachoeira, que o Incra acabara de desapropriar para transformar em Reserva Extrativista”.

A morte de Chico Mendes teve repercussão nacional e internacional. O Governo Federal, em 1990, adotou uma medida para a diminuição da violência na floresta acreana e em toda a Amazônia, criando, através do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990 (Anexo A), o Instituto das Reservas Extrativistas. O Decreto define que “as Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista, em espaços considerados de interesse ecológico e social” (BRASIL, 1990). No mesmo ano, foi criada a Reserva Extrativista Chico Mendes, através do Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990.

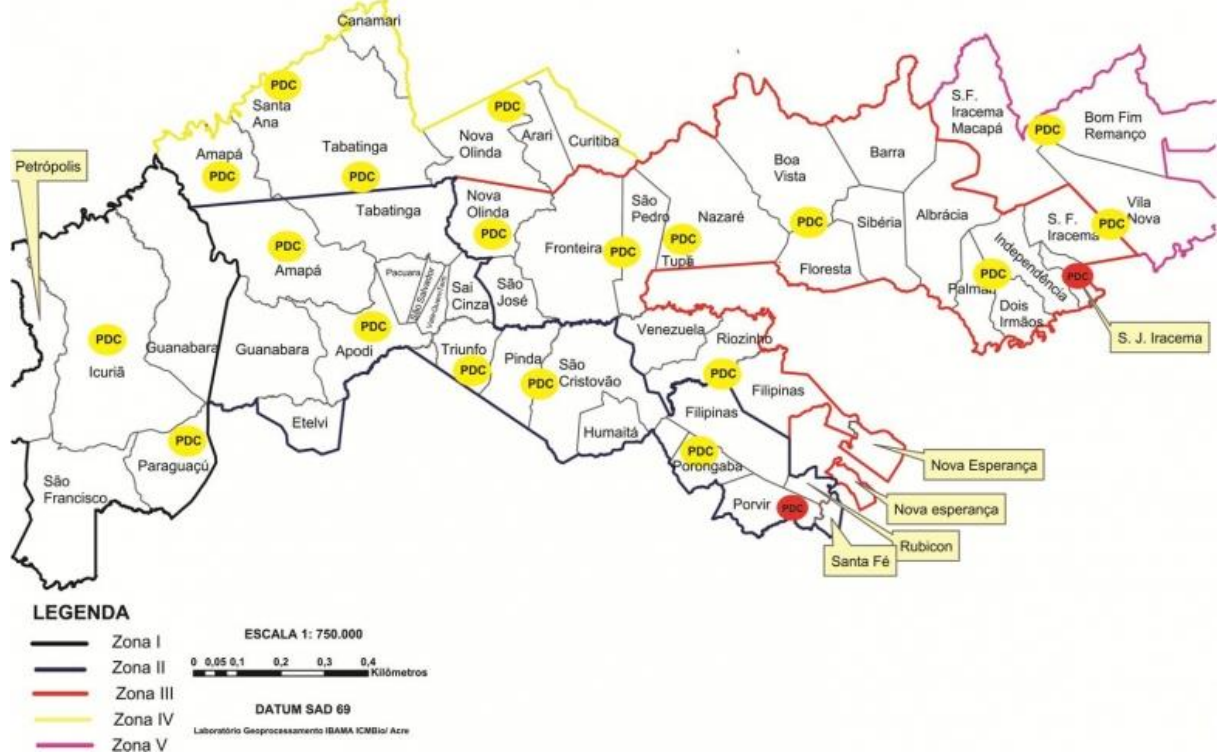
Com uma área de quase um milhão de hectares abundante em fauna, e flora e mais de duas mil famílias residentes, a Reserva passou a ser gerida por órgãos públicos, organizações internas e instrumentos que organizam uma gestão aparentemente participativa que supostamente envolve os assentados⁶ na tomada de decisões da Reserva.

1.2 A GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

A gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes é organizada em cinco Zonas Geopolíticas. Estas obedecem a aspectos demográficos, localização e acesso que, por sua vez, respeitam as relações territoriais e sociais estabelecidas pelos moradores, bem como os limites de cada município de abrangência e as subdivisões por seringais que se localizam em mais de um município (FITTIPALDY, 2017, p. 44).

⁶ Aqueles que possuem a concessão e o direito de uso da terra conforme previsão legal (Contrato de Concessão de Direito de Uso).

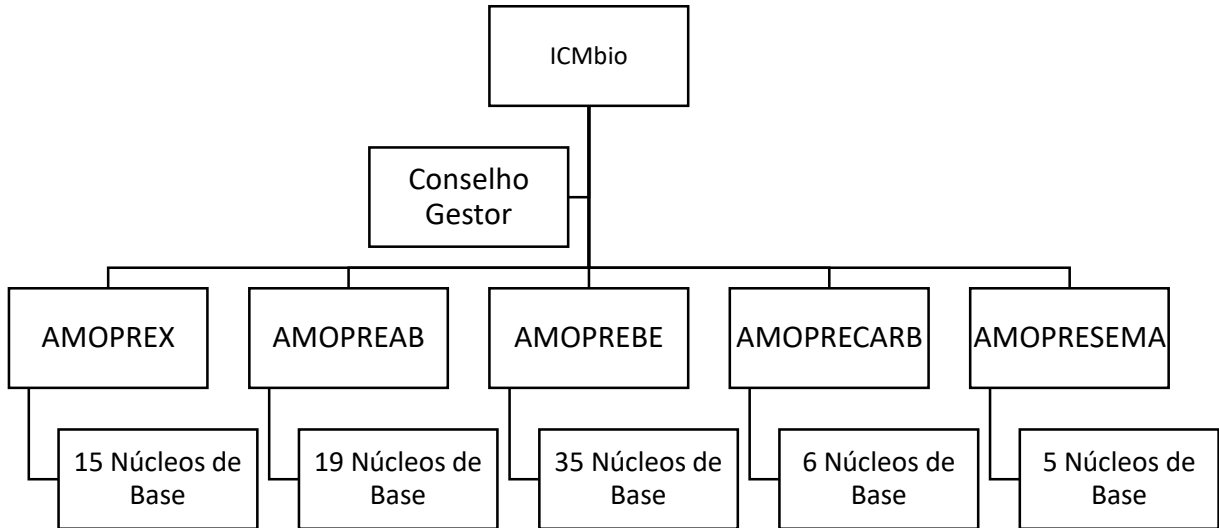
Figura 2: Zonas Geopolíticas da Reserva



Os assentados da Reserva são representados por cinco Associações de Moradores, estabelecidas de acordo com as Zonas Geopolíticas, e que, juntamente com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), fazem a gestão da unidade. Dentro de cada Associação Comunitária foram criados os Núcleos de Base, que supostamente estabelecem um canal de comunicação e representatividade nas instâncias de decisão da unidade. Através dessa aparente Gestão Participativa⁷, o processo de organização comunitária garantiria a participação coletiva dos moradores de maneira democrática, envolvendo-os na gestão da Reserva juntamente com o ICMBio e demais órgãos governamentais, fazendo uso de instrumentos de gestão (Plano de Manejo, Plano de Utilização e Contrato de Concessão de Direito de Uso), que simuladamente respeitam os recursos naturais existentes e a população que tradicionalmente ocupa aquele espaço.

⁷ Denominação que os discursos oficiais dão à maneira como a gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes é organizada.

Figura 3: Organograma da Gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos do ICMBio (2017).

A Figura 3 demonstra como a gestão da Reserva é organizada em 05 (cinco) Associações e 76 (setenta e seis) Núcleos de Base, conforme discriminados abaixo:

- 15 (quinze) núcleos de base na Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Xapuri (AMOPREX);
- 19 (dezenove) núcleos de base na Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Assis Brasil (AMOPREAB);
- 35 (trinta e cinco) núcleos de base na Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasiléia e Epitaciolândia (AMOPREBE);
- 05 (cinco) núcleos de base na Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira (AMOPRESEMA);
- 06 (seis) núcleos de base na Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes Capixaba e Rio Branco (AMOPRECARB).

O Conselho Gestor da Reserva é considerado um espaço de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Unidade de Conservação e de sua área de influência, tratando das questões sociais, econômicas, culturais e ambientais. É a instância máxima de decisões, possui 26 (vinte e seis) assentos e é presidido pelo ICMBio (WWF, 2015, p. 19).

O ICMBio é uma autarquia em regime especial, criada no dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516/2007, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Foi criado com o objetivo de administrar, coordenar

e verificar as ações necessárias à melhoria das Reservas Extrativistas e à garantia do cumprimento das normas de ocupação e uso junto aos moradores (WWF, 2015, p. 20). Atua como gestor responsável pela Reserva Extrativista Chico Mendes, amparado pela Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000), que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

A sede do ICMBio no estado do Acre localiza-se na capital, Rio Branco. Atualmente, o Instituto conta, em seu pessoal de serviço, com 03 analistas ambientais, 01 técnico para atividades de campo, 01 diretor e 02 estagiários para serviços de apoio administrativo. Possui 04 caminhonetes, 02 motocicletas e 01 quadriciclo, utilizados na fiscalização da Reserva Extrativista Chico Mendes e demais Unidades de Conservação do Estado. O pessoal e os equipamentos são insuficientes devido à extensão territorial da Reserva e dificuldades de acesso, e o resultado disso é uma fiscalização ambiental fraca. Em documento formulado pelos servidores do ICMBio lotados na Reserva Extrativista Chico Mendes, datado de 30 de março de 2012, denominado MANIFESTO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE LOTADOS NA RESEX CHICO MENDES, e destinado à Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Presidência do ICMBio, foram solicitadas providências para melhores condições de trabalho, a fim de viabilizar a proteção da Reserva.

Dentre às solicitações constantes no documento supramencionado, temos a necessidade de contratação de mais pessoal e de estrutura física adequada para a realização das atividades. No documento, ainda foi ressaltado que o excesso de trabalho, a pressão moral e psicológica sofrida pelos servidores tem afetado a saúde destes, frente às situações de estresse vivenciadas no exercício de suas atribuições. Sobre o resultado dessa iniciativa dos servidores do ICMBio, o entrevistado Fernando Maia afirma que “quase 6 anos depois pouca coisa mudou e em muitos aspectos regredimos. Para acabar, a nosso contragosto, jogaram em nosso colo, no final do ano 2017, a gestão da ARIE Nova Esperança, que é uma bomba de problemas, e que agora está no nosso colo”, demonstrando assim sua frustração frente à maneira como o poder público tratou o apelo dos seus funcionários.

Figura 4: Analista Ambiental trafegando em área de difícil acesso



A Figura 4 apresenta uma fotografia tirada em setembro de 2017 na Zona Geopolítica de Rio Branco, Seringal São Francisco do Iracema, a pouco mais de 100 km da área urbana de Rio Branco, capital do Acre. O analista ambiental retorna de uma reunião ocorrida na Comunidade Cumaru, proximidades do Igarapé Vai Se Ver. No inverno, quando as chuvas são mais frequentes, o tráfego nessa região fica difícil, e há, inclusive, áreas que ficam isoladas e com acesso somente por meio de barco, especialmente no período em que o Igarapé mencionado chega até a 300 metros de largura.

Figura 5: Analista Ambiental do ICMBio na Reserva



A Figura 5 apresenta uma fotografia tirada em agosto de 2017 enquanto o analista ambiental do ICMBio estava registrando pontos no GPS e demais demarcações para um estudo acerca da viabilidade de construção de um caminho de acesso no interior da Reserva

para tráfego de caminhões com material para construção de banheiros do Projeto Sanear Amazônia⁸.

As Associações de Moradores se apresentam como uma forma de representação política dos moradores com maior influência na gestão da Reserva. Segundo o Estatuto das Associações, dentre suas funções temos: firmar o contrato de Concessão de Direito Real de Uso com a União Federal e o ICMBio; contribuir na fiscalização da Reserva e na organização política, social e produtiva dos moradores; buscar projetos e apoios para a melhoria das condições ou resolução de problemas; representar os interesses dos moradores em espaços de direito e de interesse; emitir licenças de autorização e declarações para benefícios sociais e civis aos moradores; e emitir Termo de Reconhecimento de Posse ao morador reconhecido.

Os Núcleos de Base são comunidades e seringais presentes na Reserva que, de alguma forma, concentram famílias e pessoas em determinada região. Cada Associação possui Núcleos de Base predefinidos, e cada Núcleo tem um representante que é responsável por encaminhar suas necessidades e contribuir na organização da Associação (WWF, 2015, p. 26).

A Figura 6 (abaixo) retrata uma reunião ocorrida em setembro de 2017 entre assentados, ICMBio, representante da Associação de Moradores e Núcleo de Base na Zona Geopolítica de Rio Branco, Seringal São Francisco do Iracema, Comunidade Cumaru. A pauta da reunião foi a construção de um caminho de acesso no interior da Reserva. Com auxílio dos assentados, foi definido um percurso para ser estudado quanto à viabilidade legal e ambiental.

Figura 6: Reunião entre moradores e gestores da Reserva



⁸O projeto Sanear Amazônia resulta da mobilização social por acesso a água às famílias extrativistas na Amazônia, e tem como objetivo promover acesso a água para o consumo humano em comunidades extrativistas da Amazônia, por meio da disponibilidade das tecnologias sociais, Sistema de Acesso à Água Pluvial Multiuso Comunitário e Sistema de Acesso à Água Pluvial Multiuso Autônomo (MEMORIAL CHICO MENDES, 2017).

Nota-se que, para sustentar a aparente congruência em torno da Reserva, foram criados também muitos instrumentos que supostamente auxiliam na sua Gestão: o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, o Plano de Utilização e o Plano de Manejo.

O **Contrato de Concessão de Direito Real de Uso** foi firmado em 2012, entre ICMBio e Associações Concessionárias, estabelecendo que o direito do uso da terra é cedido aos moradores extrativistas (ICMBio, 2017). As Concessionárias correspondem às cinco Associações representantes das Zonas Geopolíticas da Reserva, e são responsáveis por emitir o Termo de Reconhecimento de Posse pelo qual o novo assentado deste se compromete a cumprir as regras do contrato, residir no local e dedicar-se à atividade extrativista. Assim, concluída essa etapa de assinatura do contrato, o ICMBio providencia o encaminhamento da titularidade definitiva das áreas aos moradores através das Associações Concessionárias (WWF, 2015, p. 33).

O **Plano de Utilização** teve a sua primeira versão elaborada em 1993 para ser um guia que definisse o que poderia e o que não deveria ser feito pelos assentados na Reserva. Foi elaborado através de várias assembleias e reuniões entre os moradores e membros de órgãos governamentais da esfera ambiental. Sobre essa etapa de elaboração, o entrevistado Flaviano Costa, morador da Reserva há 29 anos, recorda:

Ele [Plano de Utilização] foi a gente mesmo que fez, né. Foi feita uma assembleia, e ali tá o que foi dito por nós (sic). Só que hoje tem gente que não cumpre, né, e faz coisas a mais que tá no Plano. Mas, pra mim não tem erro não, porque tá bom o plano. Foi nós (sic) mesmo que fizemo (sic) o plano. A gente ia (sic) dizendo e eles iam anotando. (Flaviano Costa é morador da Reserva há 29 anos)

Esse Plano de Utilização é um Regimento de “Como se viver na Reserva Extrativista Chico Mendes”, segundo Fittipaldy (2012, p. 70). Ele passou a ser o regulamento básico de como todos deveriam se comportar, um acordo de convivência entre os moradores da Reserva. Ao mesmo tempo, o Plano é um guia para que as atividades fossem desenvolvidas dentro dos limites estabelecidos, assegurando a sustentabilidade mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais (BRASIL, 1995). Em 2006 esse Plano foi revisado para a elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes, sendo incluído como parte integrante do último. Essa versão revisada foi formalizada através da Portaria nº 60, de 28 de agosto de 2008, do ICMBio. Na nova versão, o Plano de Utilização adequou-se às práticas do Desenvolvimento Sustentável implantadas no estado desde o ano de 2002, constando, a partir de então, a permissão para extração de madeira no interior da Reserva

através do Manejo Florestal Madeireiro Sustentável⁹, amparado pelo discurso oficial de que os mais beneficiados seriam os moradores da Reserva, sobretudo pela possibilidade de renda com garantia de preservação do meio ambiente. Sobre o incentivo ao Manejo Florestal Madeireiro, Ronaldo Souza, presidente de uma Associação de Moradores da Reserva diz que,

Esses ramais que tem hoje é por causa do manejo. Começaram a serem (sic) feitos em 2000. O manejo foi um dos carro chefe (sic) e desafio do governo, com maior projeto com apoio do BID e BNDES, na época do Jorge Viana, que era fazer ramal pra escoar a produção, que é a madeira de manejo na Reserva. Nós tínhamos 13 mil metros cúbicos licenciado (sic) de madeira, mas que não foi tirado (sic) por não ter ramal. O governo queria muito [fazer o manejo], mas tem gente que rejeita ainda.

O entrevistado Ronaldo Souza relata o empenho do governo local juntamente ao BNDES e BID em viabilizar as práticas do Manejo Florestal Madeireiro no interior da Reserva, inclusive apontando que os ramais atuais foram construídos no ápice das atividades, período em que o Plano de Manejo e o Plano de Utilização revisto foram implantados.

Embora o Plano de Utilização seja concebido como guia responsável por assegurar a conservação da Reserva Extrativista Chico Mendes, constituído por deveres e direitos de maneira igualitária, estamos diante de um instrumento que estipula mais deveres e obrigações do que direitos aos assentados, e que, após dez anos de sua última regulamentação, divide opiniões entre estes sujeitos.

Alguns acreditam que o Plano de Utilização é viável, como é o caso do Sr. Francisco da Silva, morador da Reserva:

Se fosse usado a seu risco não tinha instrumento melhor. Infelizmente, não seguem e nem obedecem ao Plano de Utilização, que foi uma coisa feita por nós, e foram N's reuniões que foram feitas, discutimos e discutimos para se chegar ao que se tem hoje no plano. Infelizmente, até deles que participaram, hoje acho que esqueceram (Francisco da Silva é morador da Reserva a 37 anos).

Constata-se que aqueles que consideram o Plano de Utilização realizável são os moradores mais antigos que fazem parte de uma geração que viveu o período e o início da pecuária na região. Estes acreditam em uma gestão participativa na Reserva, crença esta construída em um alicerce ideológico propagado pelas classes dominantes, que incluía a ideia de uma ruptura na exploração vivida nas décadas passadas, e do fim da degradação ambiental a partir da criação da Reserva Extrativista e da adoção de práticas de Desenvolvimento Sustentável, que levaria em consideração as necessidades das populações tradicionais daquele espaço.

⁹ Manejo Florestal Sustentável é a administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços florestais (BRASIL, 2017).

Outro fator relevante a ser considerado é que esses sujeitos que acreditam no Plano de Utilização têm suas colocações em regiões mais privilegiadas da Reserva, que são aquelas mais próximas das cidades. Quando digo que estas áreas são mais privilegiadas, refiro-me a duas situações: a primeira corresponde ao fato de possuírem mais facilidades para trafegar devido à existência de ramais e, por isso, os carros da Cooperacre conseguem chegar até esses lugares, participando da escoação e negociação do látex e da castanha extraída pelos extrativistas. A segunda é o fato de que essas áreas têm mais acesso a ações do governo estadual, tais como a construção de banheiros de alvenaria, a instalação de luz elétrica, o transporte escolar, o Projeto Cidadão¹⁰, entre outros. Ainda que insuficientes, essas situações constroem uma aparente valorização e busca, por parte do governo, pelo bem-estar e qualidade de vida dos moradores da Reserva.

Em contrapartida, outros afirmam que o Plano de Utilização está defasado e não condiz com o vivido na Reserva, sendo um meio de arrecadar altas multas dos trabalhadores rurais. A assentada Monica Ferraz diz que “o Plano está vencido [...] as pessoas criam gado porque não têm recursos”. Sua fala é embasada no fato de que o Plano de Utilização amarra o trabalho na Reserva às atividades prioritariamente extrativistas, devendo ser a principal fonte de renda dos trabalhadores. A área permitida para plantação de produtos agrícolas corresponde ao percentual de 10% (dez por cento) da colocação reservado para atividades complementares, considerada pelos assentados como limitadora para uma produção agrícola que garanta mais uma oportunidade de renda.

Já o **Plano de Manejo** da Reserva Extrativista Chico Mendes foi constituído em dezembro de 2006. Trata-se de um documento técnico de gestão que estabelece o zoneamento da Reserva e contém as regras de uso do espaço e manejo dos recursos naturais (ICMBio, 2017). Esse Plano é considerado uma ferramenta de gestão que mostra como e o que deve ser feito para que seja possível conciliar o uso sustentável da área com a preservação da Reserva (WWF, 2015, p. 31).

O **Plano de Manejo** definiu o Manejo Florestal¹¹ voltado a madeireiros e a não madeireiros, mas a atenção maior foi dada ao Manejo Florestal Madeireiro. O Programa de

¹⁰ O projeto cidadão é um trabalho social realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre em parceria com órgãos federais, estaduais, municipais e não governamentais. Sua finalidade primordial é assegurar à população de menor poder aquisitivo o direito à documentação básica, bem como o acesso rápido e gratuito aos serviços públicos da área social: saúde, educação, meio ambiente, segurança e trabalho.

¹¹ Consta no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (ACRE, 2007, p. 40) que o manejo florestal é um sistema que garante a manutenção da floresta para produção, turismo e sustentação das condições climáticas microrregionais e locais, assegurando um ambiente desejável que promove a vida e não a destruição.

Desenvolvimento Sustentável, elaborado em 2008, apresenta o Manejo Florestal Madeireiro como alternativa para contenção do desflorestamento no Estado do Acre.

Como exposto, a gestão da Reserva e seus instrumentos legais são adaptados às propostas dos projetos que envolvem práticas voltadas ao Desenvolvimento Sustentável. Amparados por essas propostas, muitos recursos financeiros são captados através de agenciadoras nacionais e internacionais engajadas nesse projeto. Por isso, o próximo item apresentará a atuação destas agenciadoras na Reserva Extrativista Chico Mendes.

1.3 O FINANCIAMENTO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

É necessário retomar brevemente a trajetória das financiadoras públicas, privadas e de terceiro setor que possuem relações com a Reserva Extrativista Chico Mendes, bem como seus estreitamentos às práticas do Desenvolvimento Sustentável, a fim de compreendermos as suas atuações nos contextos econômicos, políticos e socioambientais e como isso é refletido na vida cotidiana da Reserva.

A Reserva Extrativista Chico Mendes, enquanto campo de experimento das práticas voltadas ao Desenvolvimento Sustentável, movimenta recursos financeiros nacionais e internacionais. São projetos e programas que captam recursos em torno da promessa de efetivação de um modelo de sustentabilidade. Nesse contexto, são construídas relações entre várias instituições nacionais e internacionais, privadas, públicas e de terceiro setor, que se esforçam em constituir um arranjo complexo responsável pela manutenção do sistema capitalista em escala global. No Acre, desde o ano 1999, o governo estadual já tomou emprestados milhões de reais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tornando-se endividado até o ano de 2050.

Quadro 1: Empréstimos captados para financiamento do PDSA

Contratos	Banco	Objeto	Valor
08200421	BNDES	Implantação das fases III e IV do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre	R\$ 60.759.000,00
08202801			R\$ 394.433.296,00
08202811			R\$ 7.000.000,00
08202821			R\$ 55.073.532,00
09211391			R\$ 138.140.496,00
1399/19-BR 2928/OC-BR	BID	Implantação da fase I e II do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre	US\$ 108.000.000,00 US\$ 72.000.000,00

Fonte: adaptado do Portal da Transparência do BNDES e de Veras (2008, p. 119).

O Quadro 1 apresenta dados relacionados ao valor captado para financiamento das atividades do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA) em suas quatro fases de implantação. Além do Banco Interamericano de Financiamento (BID), sob a mesma justificativa, o Acre se mantém entre os estados do Brasil que mais adquire empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que além de financiar o PDSA III e o PDSA IV, também investe em outros programas de Desenvolvimento Sustentável, conforme descreve o Quadro 2.

Quadro 2: Investimentos do BNDES para o Desenvolvimento Sustentável no Acre

Contratos	Objeto	Valor	Ano
2208971	Realizar um conjunto de subprojetos envolvendo infraestrutura urbana e regional e desenvolvimento social.	R\$ 40.830.000,00	2002
5204331	Implantação de complexo-piloto industrial florestal em Xapuri (AC), visando à exploração sustentável da madeira.	R\$ 136.840.000,00	2005
10218261	Fomentar práticas sustentáveis de redução de desmatamento	R\$ 60.000.000,00	2010
11211731	Expansão do saneamento ambiental e da infraestrutura urbana, fortalecimento econômico de produção rural familiar no âmbito do PDSA V.	R\$ 641.160.000,00	2011
12203841	Apoiar ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento.	R\$ 13.280.700,00	2012
12213181	Ampliação da capacidade de novos investimentos, garantindo a execução dos Planos Desenvolver e Servir.	R\$ 383.202.880,00	2012

Fonte: Dados extraídos do Portal da Transparência do BNDES e trabalhados pela autora.

Conforme o Quadro 2, é possível constatar que desde o início do Governo da Florestania até aos dias atuais foram adquiridos vários empréstimos destinados às práticas de Desenvolvimento Sustentável no Estado, incluindo os valores destinados à implantação do PDSA. Com o Estado do Acre em débito, no mês de julho de 2017, através do Projeto de Lei nº 3.262, o governador Sebastião Viana (PT) pediu autorização ao Poder Legislativo para renegociar as operações firmadas com recursos do BNDES (MELO, 2017).

Além disso, a Reserva Extrativista Chico Mendes é uma das 62 Unidades de Conservação federais apoiadas pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). É o maior programa de conservação de florestas tropicais do planeta, e o mais expressivo ligado à temática das unidades de conservação no Brasil. O Arpa foi lançado em 2002, pelo Governo Federal, e é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, gerenciado financeiramente pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade e financiado com recursos do *Global Environment Facility*¹², Banco de Desenvolvimento da Alemanha¹³, Rede *World Wildlife Fund*¹⁴ e Fundo da Amazônia¹⁵. Isso comprova a diversidade de instituições mobilizadas em explorar a região.

¹² O GEF é uma parceria internacional de 183 países, instituições internacionais, organização da sociedade civil e setor privado que abordam questões ambientais. Os projetos são realizados principalmente pela PNUD, ONU, Meio Ambiente e pelo Banco Mundial (GEF, 2018). Disponível em: <www.thegef.org>. Acesso em: 31 jan. 2018. [nesses destaques há presença de hiperlink. Você pretende deixá-los nessa parte do trabalho?]

Dentre estas instituições financiadoras, como já afirmado aqui, está o **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**, um órgão público federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O BNDES tem como missão definida em seu planejamento estratégico “promover o Desenvolvimento Sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais” (BNDES, 2017). Foi criado em 20 de junho de 1952, com o objetivo de ser gestor e dar andamento aos projetos de desenvolvimento de infraestrutura do país, incorporando questões ambientais e sociais à atuação do Banco a partir da década de 1980.

Em uma versão publicada em julho de 2017, denominada como “*Livro Verde: Nossa história tal como ela é*”, o BNDES divulgou dados e explicações acerca de suas práticas e relações com diversas financiadoras públicas, privadas, nacionais e internacionais, que aparentemente promovem o desenvolvimento socioeconômico brasileiro mediante os empréstimos do Tesouro Nacional ao BNDES, empréstimos da instituição a algumas empresas, o financiamento à exportação de serviços etc. O Banco é responsável por financiar as atividades de grandes empresas, inclusive com recursos captados do Tesouro Nacional, empresas estas como a Embraer, a JBS, a Odebrecht, Oi Telefonia, Marcopolo, Votorantim, Natura Cosméticos, Jirau, entre outras, que no período de 2001 a 2016 equivalem a mais de 50 (cinquenta) empresas em setores diversos, como química e petroquímica, metalurgia, alimentos e bebidas, mineração, energia elétrica, serviços de transporte, telecomunicações etc.

No período de 2009 a 2016, o BNDES realizou desembolsos de recursos captados do Tesouro Nacional equivalentes a 4% para a Administração Pública, 37% para Micro, Pequenas e Médias Empresas, e 59% para Grandes Empresas (BNDES, 2017, p. 94). Ressalta-se que algumas dessas empresas são investigadas por estarem envolvidas em esquemas de lavagem de dinheiro e provocarem danos sociais e ambientais, como por exemplo, o caso da empresa Norte Energia, que contratou, junto ao BNDES, a ordem de R\$ 34,9 bilhões (BNDES, 2017, p. 320) para a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingú, município de Altamira, no estado do Pará. A obra resultou no deslocamento de mais de 20 mil pessoas, ameaçando a sobrevivência das comunidades que dependem daquele rio.

¹³ KfW Banco de Desenvolvimento Alemão apoia o governo Alemão 31 jan. 2018. [nesses destaques há presença de hiperlink. Você pretende deixá-los nessa parte do trabalho?]no alcance de seus objetivos na política de desenvolvimento e na cooperação internacional (KfW, 2018).

¹⁴ A Rede WWF (antes conhecido como Fundo Mundial para a Natureza) se consolidou como uma das mais respeitadas redes independentes de conservação da natureza, atuando ativamente em mais de 100 países (WWF, 2018).

¹⁵ O Fundo da Amazônia é gerido pelo BNDES, e capta doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia. (MMA, 2018)

Outro exemplo a ser mencionado é o da empresa Samarco Mineradora S.A., sócia e controlada pela empresa Vale S.A., umas das maiores receptoras de financiamentos do BNDES. Ambas as empresas são responsáveis pelo desastre ambiental ocorrido na cidade de Mariana, estado de Minas Gerais, no ano de 2015 que, com o rompimento da Barragem de Fundão, provocou não apenas danos ao ecossistema, mas também a morte de pessoas e inúmeros desabrigados.

Como exposto acima, há controvérsias na afirmação de que o BNDES é “um Banco que vai além de financiamentos a grandes projetos, mas como também um parceiro importante no apoio a ações socioambientais” (BNDES, 2017, p. 298). Inclusive, no *Livro Verde*, são omitidos os critérios que avaliam e preveem os impactos sociais e ambientais dos projetos financiados pelo Banco. O fato é que o envolvimento do BNDES com projetos polêmicos na esfera ambiental e social, assim como o privilégio a grupos de empresas via recursos públicos fornecidos pelo Tesouro Nacional, nos faz pensar acerca da conduta e compromisso dessa entidade frente às questões sociais e ambientais, demonstrando o predomínio de uma relação de negócios que tem como pano de fundo a natureza amparada pelo discurso da Economia Verde¹⁶.

Em 2008, o BNDES expandiu sua participação na temática ambiental, por meio do Fundo da Amazônia, que tem como finalidade,

captar doações para investimentos de natureza não reembolsável, em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Desde sua criação até dezembro de 2016, o fundo captou um total de R\$ 2,3 bilhões, doados pelos governos da Noruega (principal doador) e da Alemanha (por meio de seu banco de desenvolvimento KfW) e pela Petrobrás. A gestão do Fundo da Amazônia é feita pelo BNDES, que capta recursos, contrata projetos e monitora e divulga os resultados de Apoio. (BNDES, 2016, p. 260)

O Fundo da Amazônia, portanto, é gerido pelo BNDES, e conta com recursos não reembolsáveis. Entretanto, a política praticada pelo Banco inclui também a captação de recursos com diversos organismos internacionais justificados pelo argumento da necessidade de “compor um orçamento adequado para as operações do Banco” (BNDES, 2017, p. 111). No Acre, o Fundo da Amazônia financia o projeto de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) que possui como beneficiários os assentados e agricultores familiares da Reserva Extrativista Chico Mendes e demais Unidades de Conservação do Estado, financiando também projetos pertinentes às

¹⁶ É definida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma, ou UNEP, em inglês) como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica” (ONU, 2018).

atividades da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre – Cooperacre, o mais recente no ano 2017, no valor total de R\$ 5.081.703,00 (cinco milhões, oitenta e um mil, setecentos e três reais), tendo como beneficiada a Reserva.

Figura 7: Placa no interior da Reserva



A Figura 7 é uma fotografia tirada no interior da Reserva, e comprova a presença do BNDES, Fundo da Amazônia, Governo Estadual e Governo Federal, enquanto financiadoras e agenciadoras da proposta de Desenvolvimento Sustentável, difundido como alternativa de conciliação entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos.

A política praticada pelo BNDES aumenta o déficit externo. Entre 2001 e 2016, o BNDES celebrou 27 operações de empréstimos com organismos internacionais, totalizando um volume captado de aproximadamente US\$ 10,3 bilhões (BNDES, 2017, p. 114). Dentre os “parceiros” com maior número de contratos assinados com o BNDES estão o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, o JBIC (Japão) e o KfW (Alemanha). Estes contratos são consolidados sob o pretexto de assegurar o desenvolvimento de setores e mercados em países menos desenvolvidos. As ações voltadas ao Desenvolvimento Sustentável estão incluídas nisso.

Já o **Banco Mundial** é considerado pelo BNDES como um grande parceiro de negócios. Erradicar a pobreza extrema até o ano 2030 e promover a prosperidade compartilhada de maneira sustentável são missões propulsoras do Grupo Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2016). Mas, assim como o BNDES, o Banco Mundial está envolvido em várias controvérsias. A principal delas é a de que o Banco representa os interesses dos Estados Unidos, e não dos países em desenvolvimento. Faé (2009, p. 189) afirma que o Banco “emergiu como uma organização na qual o poder de decisão em relação às estratégias ligadas ao desenvolvimento já não poderia ser monopolizado pelos Estados Unidos”.

Sobre isso, é necessário recapitular que o Banco Mundial foi criado em 1944, na Convenção de Bretton Woods, com a emergência de reestruturação dos países atingidos pela Segunda Guerra Mundial. O Banco Mundial inclui o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que concede empréstimos a governos de países de renda média e a países de baixa renda solventes, e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), que oferece empréstimos sem juros ou créditos, bem como subsídios aos governos dos países mais pobres, fornecendo financiamento, conhecimentos e serviços de integração que ajudam os países clientes a enfrentarem seus mais importantes desafios de desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2016). Diante dessa atuação o Banco se diz responsável por promover o crescimento, a inclusão e a sustentabilidade no mundo, melhorando a condição dos países que ele denomina como “em desenvolvimento”, incluindo o Brasil.

Há também a participação do **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, enquanto parceiro do BNDES e financiador dos projetos de Desenvolvimento Sustentável no Acre e na Reserva. Esse Banco trabalha com um discurso muito similar ao do Banco Mundial: oferece empréstimos, subsídios e cooperação técnica a países da América Latina e do Caribe, divulga seu objetivo como o de “alcançar o desenvolvimento numa forma sustentável e ecológica” (BID, 2017), e também considera que sua intenção junto a estes países é “ajudar a melhorar a saúde, a educação e a infraestrutura através do apoio financeiro e técnico para reduzir a pobreza e a desigualdade” (BID, 2017).

O **Banco da Amazônia (Basa)** também financia projetos na Reserva, através de empréstimos concedidos tanto para pessoa jurídica (Associações, Cooperativas, Governo local), quanto em nome dos assentados, como incentivo à agricultura familiar e melhoria das moradias. Sua trajetória também foi iniciada durante a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de financiar a produção de borracha extraída na Amazônia e destinada aos países aliados. A partir do Acordo de Washington, firmado entre Brasil e Estados Unidos, o Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942, criou o Banco de Crédito da Borracha, com participação acionária dos dois países e o desafio de revigorar os seringais nativos da região, cuja economia estava estagnada nos 30 anos posteriores ao fim da Era da Borracha (BANCO DA AMAZÔNIA, 2017).

A partir de 1966, o Basa assumiu o papel de agente financeiro da política do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal, já com o nome de Banco da Amazônia, Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, tornando-se depositário dos recursos provenientes dos incentivos fiscais. Atualmente, o Banco “atua no crescimento econômico da região baseado na sustentabilidade” (BANCO DA AMAZÔNIA, 2017). Curiosamente,

muitos dos assentados estão endividados com o Banco da Amazônia. Tais dívidas são provenientes de financiamentos contratados para manutenção da agricultura familiar, melhoria de suas casas e compra de ferramentas para o trabalho. Sem ter como pagar os financiamentos, estes têm seus débitos aumentados pelos juros, tornando cada vez mais distante a sua quitação.

Nesse contexto, não são apenas os Bancos que atuam como impulsores do Desenvolvimento Sustentável: organizações não governamentais também vislumbram o potencial desse modelo como gerador de novas oportunidades de negócio. A **World Wide Fund for Nature (WWF Brasil)**, “organização brasileira autônoma e sem fins lucrativos de conservação da natureza” (WWF Brasil, 2017), atua na Reserva como financiadora do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Apoia, também, a publicação de livros, apostilas, manuais e demais ações que estreitam a ideia de preservação ambiental e o compromisso com as questões ecológicas no intuito de fortalecer a marca da ONG mundialmente.

A WWF-Brasil trabalha na região amazônica junto com autoridades governamentais, comunidades locais e indígenas, organizações não governamentais, setor privado e outros, para contribuir para a proteção de grandes porções da Amazônia (WWF-Brasil, 2017). Embora se autodenomine como uma entidade sem fins lucrativos, a trajetória da WWF revela o favorecimento a empresas privadas por meio da Rede Empresarial WWF-Brasil, que proporciona vinculação das empresas à sua marca, conferindo-lhes legitimidade em um cenário de tendência de estratégias empresariais que fazem uso da imagem construída positivamente em torno do Desenvolvimento Sustentável. Esse engajamento é justificado como parceria relevante aos trabalhos de conservação da natureza e uso sustentável dos recursos naturais desenvolvidos pela entidade (WWF- Brasil, 2017), através do alinhamento dos eixos de aprimoramento estratégico das empresas e seus respectivos objetivos aos focos de atuação da ONG.

Todas estas organizações atuam como financiadoras do projeto de Desenvolvimento Sustentável implantado no Acre e na Reserva Extrativista Chico Mendes. Duas cooperativas destacam-se por supostamente trabalharem em benefício comum dos trabalhadores da Reserva nas atividades que estariam ligadas as práticas sustentáveis. São elas: a Cooperacre e a Cooperfloresta. Ambas recebem recursos das agenciadoras supramencionadas para a execução de suas atividades, que aparentemente beneficiariam seus cooperados. A seguir, será exposta a trajetória destas cooperativas aqui mencionadas.

1.4 AS COOPERATIVAS NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

A mediação da comercialização entre extrativistas e mercado é realizada predominantemente pela Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre), que declara sua missão como a de “organizar, representar, garantir a sustentabilidade da produção extrativista, agregar valor aos produtos, promover a igualdade social e econômica, respeitar os valores das populações tradicionais e os princípios da preservação da floresta” (COOPERACRE, 2017). Fundada em dezembro de 2001, atualmente a Cooperacre congrega 36 pessoas jurídicas que representam mais de 2.400 famílias localizadas nas regionais do Alto Acre, Baixo Acre e Purus.

Atualmente, a Cooperativa é beneficiária de um projeto apoiado pelo Fundo Amazônia, no qual o BNDES concede à Cooperacre, por meio do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não Reembolsável nº 14.2.0865.1, o valor de R\$ 5.081.703,00 (cinco milhões, oitenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais), destinados a contribuir para o fortalecimento das cadeias de castanha-do-brasil e de polpa de fruta no Estado do Acre (COOPERACRE, 2017). Fornece, ainda, produtos advindos da Reserva, como látex, castanha e polpa de frutas a vários estados brasileiros, e possui contratos milionários com empresas multinacionais, como Nestlé e Nutrimental. Manoel Monteiro, superintendente da Cooperativa, fala o que ele acredita ser uma das missões da entidade.

A Cooperacre é fruto da luta dos extrativistas, da luta de Chico Mendes. O que nós estamos fazendo, no dia a dia, é um trabalho do qual o mundo inteiro se beneficia. Trabalhamos para viabilizar os produtos da floresta e agregar valor a eles, para que o extrativista viva da natureza (PORTAL AMAZÔNIA, 2017).

A Figura 8 (abaixo) apresenta a sede da Cooperacre em Xapuri, cidade natal do líder seringueiro Chico Mendes. Inclusive, na fachada consta a frase que diz “CONTRIBUINDO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. A DEFESA DA FLORESTA NÃO PODE PARAR”, reforçando o estreitamento das práticas da Cooperativa com o Desenvolvimento Sustentável.

Figura 8: Sede da Cooperacre na cidade de Xapuri



Outra cooperativa que supostamente atende aos interesses dos assentados é a Cooperfloresta, responsável por iniciar o Manejo Florestal Madeireiro. Foi formada em 04 de agosto de 2005, “criada com o apoio do governo do Estado, para atuar especificamente na exploração sustentável do manejo madeireiro florestal dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes” (MEIRELLES, 2016). Seu trabalho vai desde o estudo de viabilidade para o licenciamento da madeira até o corte e retirada das toras da mata, seja de maneira independente ou terceirizada, respondendo por grande parte do Manejo Florestal Comunitário Madeireiro no Acre, dentro das Reservas Extrativistas, Projetos de Assentamentos – PAE’s e demais seringais (ASSEURY, 2012). A Cooperativa adquiriu, com o apoio do Governo estadual, maquinário para esse trabalho, sendo que o proprietário da terra participa apenas da escolha do local que será explorado, e pode optar pelo corte ou não da tora selecionada durante o estudo prévio. Sobre a disponibilidade de recursos para execução das atividades, o entrevistado Ronaldo Souza, Presidente de uma Associação de Moradores, afirma o seguinte:

Nós tinha 13 mil metros cúbicos licenciado de madeira (sic), mas que não foi tirado por não ter ramal. O governo queria muito [fazer o manejo], mas tem gente que rejeita ainda. A Cooperfloresta pegou, do BID, 2 milhões de reais, mas hoje tá (sic) no vermelho, sem ter como pagar. Mas a forma que (sic) a cooperativa age com os sócios é errada. O pessoal que tá (sic) lá [na cooperativa] vive enganando os sócios e o banco, e hoje o banco não quer financiar mais [o manejo].

O BID foi um dos grandes financiadores para que se procedesse a execução das atividades de Manejo Florestal Madeireiro através da Cooperfloresta, mas, contudo, não foi o único, pois também foram movimentados recursos através do Governo estadual e de empréstimos concedidos diretamente à Cooperativa através de outras agenciadoras nacionais e internacionais.

Figura 9: Placa encontrada no interior da Reserva



As figuras 9 e 10 comprovam a presença de financiadoras internacionais, como o Banco Alemão KfW, e nacionais, como o BNDES e o Governo do Estado do Acre, que atuam como agenciadores do projeto de Manejo Madeireiro através da Cooperfloresta, instalada no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Figura 10: Caminhão comprado com recursos do BNDES transportando madeira



Fonte: Cooperfloresta (2017).

Constatamos o grande interesse do Governo estadual e demais financiadoras em viabilizar a atividade de extração de madeira na Reserva: “em cinco anos, o governo do Estado investiu mais de R\$ 4 milhões em Planos de Manejo Comunitário Florestal somente na região do Alto Acre” (MEIRELLES, 2016). Além de mobilizar os recursos para o feito, foi necessário também convencer os assentados a autorizarem a retirada de madeira na sua colocação. Para isso, várias reuniões trabalharam no convencimento dos assentados da

Reserva, difundindo que aquela seria uma prática que promoveria mais uma opção de renda sem prejudicar o meio ambiente e proporcionando, também, melhores condições na infraestrutura. Inclusive, muitos dos ramais foram construídos com a finalidade de facilitar a escoação de madeira extraída via Manejo Florestal Madeireiro. De acordo com Meirelles (2016),

Os investimentos do Estado na Resex Chico Mendes giram em torno de R\$ 35 milhões. Somente a Secretaria de Estado de Meio Ambiente injetou R\$ 16 milhões na reserva, por meio de apoio aos planos de manejo comunitário, incentivos à produção, subsídios da borracha e castanha e manutenção dos ramais.

O entrevistado Ronaldo Souza ainda menciona uma situação particular que demonstra as forças que pressionavam para efetivação do Manejo Florestal Madeireiro,

A maior liderança de Xapuri é o Francisco da Silva. Ele tirou madeira também pra vender, mas eu tenho certeza que ele só cortou madeira por causa de uma pressão, porque, devido ele ser muito respeitado pelas autoridades locais, né, senador, gente assim, Tião Viana e Jorge [Viana], Lula, Dilma. **Se ele não tirasse [madeira], ia fazer com que os outros não cortasse também, né** (sic). (Ronaldo Souza, Presidente de Associação de Moradores, grifo meu)

Foram utilizadas várias estratégias para o convencimento dos moradores, o que representou um aumento na quantidade de cooperados da Reserva, que, de acordo com dados extraídos da cooperativa, correspondiam a 49 cooperados em 2005, ano de criação da cooperativa, e 177 cooperados no ano de 2016 (COOPERFLORESTA, 2017). Entretanto, mesmo diante de todos os recursos mobilizados para efetivação da extração de madeira, alguns assentados não foram convencidos da viabilidade dessa prática como alternativa positiva para suas vidas.

Fizeram o inventário aí de uma parte da minha colocação, mas, aí, eu senti que a coisa não tava boa pra mim (sic). A madeira não tinha valor pra gente, o metro cúbico tava barato (sic) demais: era R\$ 96,00 [noventa e seis reais]. Aí eu saí fora, vi que não dava mais. Falavam que a gente tirava madeira, que era tudo nomeado, mapeado e tirado da mata pra poder cortar (sic). Aí, daqui 20 anos (sic) já tirava mais, tirava a mãe e ficava a neta ainda. Eu vi que não dava certo, mas nem era tanto por isso, era porque a **venda da madeira tava muito barata (sic). Eu vendia a madeira em 1 ano, e daqui 10 anos eu não ia ter madeira ainda pra tirar. O que fez mesmo eu não tirar foi o preço mesmo.** Pela Cooperfloresta é legal, né (sic), mas não garante retorno (Geovane Costa é morador da Reserva há 44 anos, grifo meu).

O entrevistado Geovane Costa questiona o preço pago pelo metro cúbico da madeira, mas, de acordo com a Cooperfloresta (2017), a venda de madeira proveniente de Manejo Florestal Madeireiro proporcionou, nos anos de 2007 a 2015, uma renda anual aos cooperados de até R\$ 11.987,00 (onze mil, novecentos e oitenta e sete mil reais), contudo, relatos dos assentados apontam que a cooperativa paga aos cooperados preço bem inferior ao vendido no mercado, fato este comprovado através de dados fornecidos pela própria cooperativa, que

apresenta uma proposta comercial de venda da madeira com um valor de até R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), mais de três vezes do valor pago ao assentado.

O entrevistado Flaviano Costa, que mora na Reserva há 29 anos diz o seguinte:

Esse negócio de manejo [madeireiro] foi uma besteira que fizeram, quem fez aqui diz que não quer mais. Porque não compensa, né. Aqui vende mais clandestino do que manejo, porque clandestino dá mais dinheiro. Mas eu nunca vendi nem do manejo e nem clandestino, e nem quero, porque eu sei a dificuldade que foi pra manter essa mata em pé.

Conforme o relato supracitado, a atividade madeireira é tida por alguns como um erro, e o entrevistado ainda retoma as lutas vividas por ele e pelos demais moradores da Reserva na década de 1970, período de desmatamento árduo para realização de pecuária, denunciando, também, a venda corriqueira de madeira legal no interior da Reserva, ainda que seja estritamente proibida a comercialização de madeira, exceto no caso previsto no art. 26º do Plano de Utilização, que afirma: “para que haja comercialização de madeira por parte dos moradores da Reserva é obrigatório o Plano de Manejo Florestal aprovado pelo ICMBio com anuência do Conselho Gestor”.

As atividades da cooperativa entraram em colapso a partir do ano de 2016, devido a equívocos na administração de recursos e na execução do manejo. Atualmente, quem autorizou Manejo Florestal Madeireiro em sua colocação não quer mais; e quem não fez diz não estar disposto a colaborar para a continuidade. Como consequência disso, encontram-se máquinas e equipamentos abandonados no interior da Reserva, e até mesmo madeira extraída e serrada que foram deixadas para trás. Inclusive, como já relatado pelo presidente da Associação de Moradores, Ronaldo Souza, hoje a cooperativa encontra-se no vermelho e com dívidas com os Bancos que lhe concederam empréstimos.

Figura 11: Máquina e bloco de madeira abandonados na Reserva



A fotografia demonstrada na Figura 11 foi tirada no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes, Seringal Floresta, na Comunidade Rio Branco. Os equipamentos mostrados pertencem à Cooperfloresta, e foram abandonados naquele local há mais de um ano. Contudo, o Governo estadual já trabalha na reestruturação da Cooperativa. Segundo Meirelles (2016), além de potencializar os trabalhos já existentes na Cooperativa, a criação do plano de reestruturação da mesma visa à prospecção de novos negócios. Sobre as atividades da Cooperfloresta, o Secretário Estadual de Meio Ambiente, Edgard de Deus, afirma o seguinte: “Vamos trabalhar em plano de ações, para que possamos vislumbrar novas oportunidades no intuito de potencializar os negócios da cooperativa, que hoje possui cerca de 200 cooperados” (MEIRELLES, 2016). No plano de reestruturação incluem-se mais reuniões e a expansão nas demais Zonas Geopolíticas da Reserva na busca pelo aumento de assentados adeptos desta prática de apropriação de madeira para fins comerciais.

Como já exposto, a Reserva Extrativista Chico Mendes é conduzida por diversos organismos que sustentam as relações contraditórias genuínas do sistema capitalista, e que, por isso, trabalham pela manutenção do sistema. Conciliar as questões sociais, econômicas e ambientais, tal como proposto pelo Desenvolvimento Sustentável, traduz-se em uma conciliação inalcançável. Em torno da proposta de Desenvolvimento Sustentável existem discursos oficiais, mídias e práticas rasas e insuficientes, que encurralam a consciência humana e o potencial social dos trabalhadores. Tendo em vista isto, para responder à questão de pesquisa “como as contradições do Desenvolvimento Sustentável estão expressas na Reserva Extrativista Chico Mendes?”, no próximo capítulo será discutido o referencial teórico que parte de uma compreensão dialética da natureza e da crítica da vida cotidiana. Feito isso, encaminharemos a Crítica da Vida Cotidiana da Reserva Extrativista Chico Mendes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Partindo do pressuposto de que o Desenvolvimento Sustentável é um projeto insustentável ambientalmente e socialmente realiza-se uma discussão embasada na natureza como bem inegociável através de um referencial teórico marxista adotado em Foster (2009) e Flores (2013). No que concerne ao estudo da vida cotidiana, são transcorridas as premissas de Lefebvre (2014), constantes em sua obra “A Crítica da Vida Cotidiana”, que, assim como os dois primeiros autores, colabora para a compreensão da efetividade social sobre bases materialistas – trabalho.

Num diálogo entre as premissas de Foster (2009), Flores (2013) e Lefebvre (2014) é construída uma fundamentação teórica que procederá ao estudo da Vida Cotidiana da Reserva Extrativista Chico Mendes, direcionado ao entendimento da realidade social daquele espaço.

2.1 CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Karl Marx, em 1860, de acordo com Foster (2005, p. 213), já estava convencido da insustentabilidade ecológica da agricultura capitalista, graças a dois acontecimentos históricos da sua época: (1) a crescente sensação de crise na agricultura, tanto europeia quanto norte-americana, associada ao esgotamento da fertilidade natural do solo – uma sensação de crise não aliviada, e, sim, impulsionada pelos avanços da ciência do solo; e, (2) o trabalho de Justus Von Liebig¹⁷, em fins da década de 1850 e na década de 1860, em direção a uma forte crítica ecológica do desenvolvimento capitalista.

Foi nos estudos críticos de Liebig que Marx se inspirou para desenvolver uma reflexão sobre a necessidade de transformação radical não só dos modos de produção, mas do sistema econômico em que estes se encontravam imersos. Porém, mesmo diante de tantas tentativas de explicações sobre a relação do homem com o solo e das questões inerentes à agricultura,

¹⁷ Justus Von Liebig, professor e químico alemão, nascido em Darmstadt, Hesse-Darmstadt, Alemanha, é considerado a maior autoridade em química de sua época, de notáveis contribuições à sistematização da química orgânica e conhecido pelo pioneirismo na aplicação dessa ciência à biologia, a bioquímica e à agricultura. Concluiu que as plantas se alimentavam de compostos inorgânicos extraídos do solo (1830), o que revolucionou a agricultura, e que estes compostos são repassados aos animais quando estes alimentavam-se das plantas. Descobriu os aldeídos (1835), interessou-se pela química das plantas e animais (1838) e criou o processo de fabricação de um fertilizante artificial (1840). (UFCG, 2017). Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br>>. Acesso em: 14 maio 2017.

ainda não havia surgido uma crítica fundamental sobre a agricultura capitalista, tampouco a ideia da tamanha importância da relação dialética entre homem-trabalho-natureza para a reprodução social, proposta por Karl Marx em 1860, no livro “O Capital”.

No livro primeiro de “O Capital”, Marx (1998, p. 312) já antecipava um problema que se tornaria ainda maior em anos vindouros:

O capital, que tem tão ‘boas razões’ para negar os sofrimentos da geração de trabalhadores que o circundam, não se deixa influenciar, em sua ação prática, pela perspectiva de degenerescência futura da humanidade e do irresistível despovoamento final. Tudo isto não o impressiona mais do que a possibilidade de a Terra chocar-se com o Sol. Todo mundo que especula em bolsa sabe que haverá um dia de desastre, mas todo mundo espera que a tempestade recaia sobre a cabeça do próximo, depois de ter colhido sua chuva de ouro e de ter colocado seu patrimônio em segurança.

O trecho supra pode ser entendido como um alerta à indiferença do sistema capitalista sobre as questões essenciais à garantia de sobrevivência da humanidade, sejam estas ecológicas, sociais, do presente ou futuro. A garantia disso é o fato do capital não se preocupar com danos ambientais, tampouco com a degradação dos recursos naturais, sendo que qualquer ação voltada a estas questões dentro da estrutura capitalista são simulações de um “capitalismo consciente”.

Na concepção de Marx, segundo Flores e Misoscky (2015, p. 239), “o conceito de natureza é sempre relacionado aos seres humanos e ao processo de trabalho”, logo, o trabalho é tido como premissa da reprodução social, pois, ao transformar o mundo em que vive, o homem inicia um processo de exteriorização proveniente da acumulação de conhecimentos e habilidades, escolhas e práticas que definem esse elemento como fundante do ser social. Foster (2005, p. 222) reforça isso quando retoma o conceito de metabolismo social (*Stoffwechsel*) proposto por Marx, que corresponde à interação metabólica entre a natureza e a sociedade através do trabalho humano, a fim de descrever também o conjunto complexo, dinâmico, interdependente, das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo. Logo, há um salto para uma reflexão mais ampla sobre a concepção de natureza que define esta como elemento fundamental à reprodução social através do trabalho, até então só analisada de forma limitada como fonte de reprodução de alimentos, acumulação de capital ou de crenças mitológicas.

Nesse sentido, através da percepção da natureza como fundamental para a reprodução social através do trabalho realizado pelo homem, Marx (2010, p. 211) afirma: “atuando sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, o homem modifica ao mesmo tempo a sua própria natureza”. Ele considera que através do trabalho o homem está em um contínuo desenvolvimento, proveniente da sua interação com a natureza e da apropriação

desta com a finalidade de atender às suas necessidades. Assim, estamos diante da relação metabólica entre homem e natureza que é traduzida pelo seguinte movimento: quando os seres humanos retiram da natureza os objetos que serão submetidos à transformação através do trabalho, realizando certos atos voltados à materialização do resultado, torna-se necessário que o sujeito da atividade modifique sua própria natureza, desenvolvendo habilidades físicas, intelectuais e demais; ao mesmo tempo este sujeito modifica o mundo natural através de suas atividades intencionais. Um marco desse processo é a presença da consciência humana como lugar de escolhas. No caso do trabalho, incide sobre a escolha dos objetos e meios de produção, assim como sobre o próprio curso da ação, estando explícito o caráter alternativo do agir humano marcado por um propósito previamente idealizado, sendo que através da ação ele é materializado.

O conceito de metabolismo utilizado por Marx tinha como propósito explicar a relação homem, natureza e trabalho, e a capacidade de reprodução social a partir da interação desses elementos. A ruptura dessa interação é definida por este autor como ‘falha metabólica’, conceito criado a partir de estudos da agricultura capitalista e definido pelo próprio Marx como “falha irreparável nos processos interdependentes do metabolismo social” (MARX, 1991, p. 949). Segundo Foster (2005, p.230), para Marx, a falha metabólica associada no nível social com a divisão antagônica entre cidade e campo também era evidente em nível global: colônias inteiras se viam roubadas da sua terra, recursos e solo para sustentar a industrialização dos países colonizadores.

Sobre a falha metabólica, Flores (2013, p. 77) afirma:

O problema da falha metabólica não é um problema técnico, mas político. Nessa concepção as medidas organizadoras e políticas necessárias para o estabelecimento de uma nova sociedade em harmonia com a natureza exigem transformações radicais nas estruturas que organizam essa apropriação. Tais medidas exigem suprimir o valor como magnitude organizadora da sociedade e a acumulação pela acumulação como mote da produção, substituindo-o pela racionalidade possibilitada pelo conhecimento, pela ciência, pela tecnologia, e principalmente pela necessidade social. Esse é o ponto que separa a perspectiva de Marx para os problemas ecológicos das perspectivas expressas nas propostas neoliberais de Desenvolvimento Sustentável, que têm acumulado, em termos ecológicos, um fracasso atrás do outro.

Desse modo, considerando a temática dessa pesquisa sobre Desenvolvimento Sustentável, as premissas marxistas e a análise de Flores (2013), não podemos desconsiderar as forças neoliberais envolvidas no contexto de legitimação do Desenvolvimento Sustentável que propõe suprir as necessidades atuais sem comprometer a capacidade de atender aos anseios das futuras gerações. Reforçamos que o capitalismo sobrepõe o valor-de-troca ao valor-de-uso. Reduz a natureza a uma condição de simples fornecedora de matéria-prima para fabricação de mercadorias, reprimindo o valor social contido nestas, ignorando as relações

humanas estabelecidas na sua produção através do trabalho, desconsiderando a natureza como elemento fundamental pela produção e reprodução da vida humana. No sistema capitalista a natureza é reduzida a mero meio para conquista de enriquecimento privado, mediante a busca incessante de riquezas no qual “o critério social para a transformação da natureza não é a produção de bens que satisfaçam necessidades humanas, mas a produção de valores que permitam o maior enriquecimento privado” (FLORES, 2013, p.8).

Para Foster (2012, p. 101), a redução do consumo às necessidades da acumulação do capital através da alienação do valor de uso descansa nos aspectos pensados como “consumismo”: a aparentemente infinita demanda por produtos supérfluos. Todos os dias estamos destruindo mais e mais riquezas naturais – ar, água, terra, ecossistemas, espécies – na busca por riquezas privadas, que tornam o consumo um mero adjunto da acumulação, assim tomando formas mais desordenadas e destrutivas.

Sobre as propostas do uso sustentável da natureza, Flores (2013, p. 45) afirma que “estas práticas oferecem no máximo soluções paliativas, temporárias e isoladas, mas não alteram a dinâmica do metabolismo social organizado pela lei do valor”. Nesse sentido, podemos dizer que as técnicas de manejo propõem atividades voltadas ao uso racional dos recursos naturais. No entanto, os fins permanecem direcionados à apropriação da natureza para produção de mercadorias, assim como à submissão de todas as relações de trabalho que advém dessas atividades às dinâmicas capitalistas. Temos, também, que ressaltar que a lógica do conceito de manejo escorrega ao relevar que o tempo da natureza não poderá acompanhar o ritmo de ganho imediato do capital, considerando que a natureza necessita de um tempo maior para se restabelecer, seja da extração de madeira ou da retirada de outros recursos nela disponíveis, por vezes não renováveis. O uso racional da natureza encontra-se limitado às emergências do lucro em prol do enriquecimento privado, embora no discurso seja defendido o inverso.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiu em meio a um cenário de críticas à degradação da natureza. Naquele momento de discussão acerca da necessidade de atentar-se para as questões ambientais, o capitalismo astuciosamente se reinventou, trazendo à tona um novo conceito. Contudo, a natureza permanece sendo tratada como produtora de mercadorias ou como mercadoria em si, processo representado no uso sustentável da água, do petróleo, das práticas de manejo, da pesca, do mercado de carbono etc. Considerando uma perspectiva crítica deste conceito, Flores (2013, p. 44) acrescenta que “o discurso e a gestão do Desenvolvimento Sustentável foram a maquinaria criada pelo capital para enfrentar essa

momentânea contestação no novo cenário, envolvendo diferentes mecanismos que operam de acordo com as regras da acumulação”.

Segundo Harvey (2007, p. 3):

Para que um sistema de pensamento se torne hegemônico, é necessário que a enunciação de conceitos fundamentais esteja tão profundamente enraizada no senso comum a ponto de ser tomada como certa e fora de todo questionamento. Mas não são quaisquer velhos conceitos que são suficientes para tal. É necessário construir um aparato conceitual que se mostre quase ‘natural’ para nossas intuições e instintos, para nossos valores e desejos, bem como para as possibilidades que pareçam estar inseridas no mundo social que habitamos.

Nesse sentido, o Estado, empresários, ONG's etc., buscam um consenso dominante mundialmente sobre esse modelo de desenvolvimento, proposto como benéfico para todos da sociedade considerando que, “nas dinâmicas da luta de classes, a classe dominante necessita apresentar o seu interesse como o interesse universal de todos os membros da sociedade” (MARX; ENGELS, 2009, p. 69).

Para Harvey (2008, p. 12), o neoliberalismo propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido através das liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos de propriedade privada, livres mercados e livre comércio. Nessa lógica do neoliberalismo, o “Estado deve preocupar-se com a qualidade e integridade da moeda” (HARVEY, 2007, p. 2) mostrando-se adaptável aos interesses da classe dominante. No cenário ambiental essa ação estatal é refletida através da formulação de leis, decretos, estatutos; através de políticas de incentivos fiscais às empresas com responsabilidade socioambientais; e adoção de políticas públicas voltadas à realização desse novo modelo de desenvolvimento amparado pelo paradigma de sustentabilidade.

2.2 CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA

Henri Lefebvre (2014), sociólogo francês, traz uma reflexão dialética a partir do conhecimento crítico da vida cotidiana. Considera a vida cotidiana como elemento fundamental, pois dela emergem todas as situações inerentes à vida social. Esta análise defende que a crítica da vida cotidiana parte do reconhecimento dos conflitos e contradições, acompanhada do desejo de transformação dessa realidade. O autor reforça que precisamos abrir os olhos para os fatos mais humildes do cotidiano, e desvelar a riqueza humana que estes

fatos aparentemente triviais contêm, considerando “este rico conteúdo da vida que ainda está além da nossa consciência vazia e escura, habitada por impostores e engolidos com as formas da Razão Pura com mitos e sua poesia ilusória” (LEFEBVRE, 2014, p. 106). Segundo ele, isso leva o homem a não enxergar as novas possibilidades que surgem.

O pensamento grande e verdadeiro que considera a totalidade social e humana precisa superar a confusão entre a aparência e a realidade, devendo estar atento a como o conhecimento da vida cotidiana pode ser influenciado e até mesmo construído por aparências a partir de invenções de uma história mascarada por interpretações caprichosas. A existência dessa “história mascarada” é carregada de determinismo histórico que conta os acontecimentos históricos de forma linear sob o prisma das aparências. As aparências são construídas por ideologias, mistificações e ilusões que deturpam a consciência do homem, limitam o seu conhecimento acerca da vida e podem se desvanecer ou se fortalecer ao longo da história. O homem assim não sabe como vive de fato. Para Lefebvre (2014, p. 115), a “crítica da vida consiste em estudar a margem que separa o que os homens são do que eles acham que são”, e ainda diz que “a maioria das ideologias tem sido mistificações na medida em que elas conseguem fazer com que os homens aceitassem certas ilusões e certas aparências ao introduzir essas aparências na vida real, tornando-as efetivas”.

Se a realidade genuína é encontrada nas profundezas do cotidiano, “o pensamento crítico descerá para a vida cotidiana” (LEFEBVRE, 2014, p. 112). No entanto, as ideias não serão abandonadas, mas serão tomadas em outro nível, e serão mais profundas, pois “se tornarão a crítica dos homens e das ações” (LEFEBVRE, 2014, p. 112), estando, desse modo, o pensamento estreitamente ligado à ação dos homens, uma vez que sua consciência depende da vida cotidiana. O autor explica a relação complexa entre ideias e vida, ressaltando que o marxismo proporciona o conhecimento da sociedade e da história da consciência humana em sua totalidade.

O método de Marx e Engels consiste precisamente na busca da ligação existente entre o que os homens pensam, desejam, dizem e acreditam para si mesmos, e o que eles são e fazem. Essa ligação sempre existe. Ele pode ser explorado em duas direções. Por um lado, o historiador ou o homem de ação pode proceder a partir das ideias para os homens, da consciência para o ser – ou seja, para a realidade prática, cotidiana – trazendo os dois em confronto e, assim, alcançar a crítica das ideias pela ação e realidade. Essa é a direção que Marx e Engels quase sempre seguiram em tudo o que escreveram (LEFEBVRE, 2014, p. 114).

Em seguida, o autor propõe um método de pensamento para a busca da realidade:

É igualmente possível seguir essa ligação em outra direção, tirar a vida real como o ponto de partida para uma investigação de como as ideias que a exprimem e as formas de consciência que a refletem emergem. A ligação, ou melhor, a rede de ligações entre os dois polos irá revelar-se complexa. Ela deve ser desvendada, o fio deve ser seguido cuidadosamente. Desta forma, podemos chegar a uma crítica da

vida pelas ideias, que se estende num sentido e completa o primeiro procedimento (LEFEBVRE, 2014, p. 115).

A consciência deve ser adquirida numa busca constante e em direção à verdade e à realidade humana e social, tendo como passo inicial o fundamental e contínuo exercício de libertar-se da consciência privada com tendências individualistas às quais o homem é levado a ter através da sua pseudo-realidade. Logo, a negação das coisas é fundamental para o progresso desse pensamento, estabelecendo-se um pensamento dialético envolto a uma crítica permanente, pois é no cotidiano que se encontram os conflitos proporcionados pelo sistema capitalista. Portanto, as mudanças e transformações partem da negação das situações do dia-a-dia.

Lefebvre (2014, p. 184) ressalta a importância do progresso do processo dialético em que haja maior objetivação (o ser humano se tornando mais social e realizando-se em um mundo de objetos sociais, materiais e humanos) e uma subjetivação mais profunda (mais desenvolvimento da consciência, refletindo o poder sobre toda a realidade), através dos quais o indivíduo tenha um poder ativo sobre si mesmo como conteúdo, não meramente como a forma vazia da individualidade. Quando o pensamento dialético não é realizado, temos uma visão de realidade limitada a fatos com tentativas de conhecimento acerca do cotidiano restritas a meros casos particulares. Nesse ponto, consideramos, assim como Lefebvre (2014), a importância da busca incessante pela totalidade que, embora constante, é uma busca infinita, uma vez que estamos mergulhados nas totalidades parciais. Desse modo, dialetizar o pensamento é considerar o movimento pleno do processo de construção da totalidade histórico-social, estabelecendo uma razão dialética que reconstrói um todo a partir das diferenças e conflitos dos seus formantes.

Para Lefebvre (2014, p. 146),

é o **movimento dentro do que existe que transforma o mundo, passado, presente ou futuro**, e não teorias sobre o que deve ser rejeitado e o que deve ser preservado. O essencial aqui é **denunciar a confusão com toda a sua bagagem de má fé**, consciência culpada, duplicidade ideológica, truques e truqueiros. Essa confusão intervém da vida e na consciência da vida. (grifo meu)

Assim, a realidade para Lefebvre consiste na ideia de que o real abrange o movimento que o nega. Nesse sentido, devemos dialetizar a ideia da realidade, pois, “às vezes o cotidiano parece ser a única realidade, densa, pesada e sólida, outras vezes parece que seu peso é artificial, que sua densidade é insubstancial: a irrealidade encarnada” (LEFEBVRE, 2014, p. 327). É necessário nos desprender do que está aparente, pois o real não deve ser identificado apenas como o concreto e existente, também se deve a representações, desejos e necessidades.

Para saltarmos das aparências para a realidade, é necessário que tenhamos “a certeza de que estamos nos movendo de aparências glamorosas para a essência que nos salva de perspectivas ilusórias com as quais indivíduos e grupos se viram ao longo da sua história” (LEFEBVRE, 2014, p. 108). Logo, o conhecimento promove a liberdade do homem enquanto ganho progressivo, que de acordo com a definição de Lefebvre (2014, p. 132), é uma liberdade concreta e dialética em que seu domínio é estabelecido progressivamente pelo desenvolvimento das potências humanas como um fim em si. Esta começa com o poder que o homem tem cada vez mais sobre a natureza, sobre sua própria natureza e sobre os produtos de sua atividade. Estamos diante de uma liberdade que não vem pronta e que deve ser conquistada através da ação humana, contrária a noção de liberdade dada pela burguesia que reforça no homem a consciência de vida privada, a liberdade como “o poder que possibilita ao homem fazer qualquer coisa que não prejudique os direitos dos outros”.

Um homem livre é capaz de pensar, escolher e agir, alargando novos horizontes para sua consciência e suas ações. O conhecimento de sua vida e consciência da totalidade à qual faz parte é alcançado através de um pensamento que acompanhe o movimento da realidade humana, desenvolvido opor me do método dialético. Reforçando a perspectiva marxista, Lefebvre (2013, p. 139) diz que o homem, seu pensamento e sua realidade desenvolvem-se dialeticamente, e que através do método dialético chegaríamos à expressão de todos os processos reais, organizando e iluminando esse complexo de ideias com o rigor da lógica concreta, excluindo qualquer estratégia alienadora que venha limitar o poder da atividade humana.

Para Lefebvre (2014, p. 140),

os indivíduos e as consciências privadas só podem se tornar uma força criativa através de uma teoria e uma ação que os une como uma totalidade, uma massa ativa, uma alavanca de pensamento para levantar o mundo, e que embora individual e massa sejam opostos, através do pensamento e ação tornam-se unidos, através de um movimento que une aspectos e elementos opostos.

A partir da intenção do homem, de não mais viver como antes, e a união de indivíduos (massas humanas) em pensamento-ação em prol da libertação da situação de opressão promovida pelas classes dominantes, considerando que no capitalismo há sempre exploração de uma classe pela outra, estaremos trilhando o caminho que acelera a transformação da vida, a transformação do ser irracional para um ser racional dialeticamente posto. O irracional aqui mencionado encontra-se ativamente em nossas vidas. Lefebvre (2014, p. 144) afirma que este se faz frequente através de interpretações ideológicas, ficções sobre o mundo e criações mágicas expressas na vida cotidiana. Portanto, é na vida cotidiana

que a transformação desse ser irracional em um “ser da natureza”, que controla e compreende sua natureza, se torna possível.

Para isso, Lefebvre (2014) propõe que façamos **um vasto estudo da vida cotidiana**, destacando que o dia trivial não tem nada de trivial, pois ainda que estejamos em um dia trivial, sem perceber, somos movidos por mecanismos sociais. A vida cotidiana é “uma mistura de natureza e cultura, histórico e vivido, individual e social, o real e o irreal, um lugar de transições, reuniões, interações e conflitos” (LEFEBVRE, 2014, p. 231). O estudo crítico da vida cotidiana explora aspectos do cotidiano que revelarão como as forças hegemônicas da sociedade realizam pressões dissimuladas e disfarçadas suficientes para arruinar a estrutura social. Lefebvre afirma, conforme Damboriarena (2016, p. 65), tratar-se de uma vasta pesquisa sobre fatos subestimados pelos filósofos ou separados arbitrariamente pelas ciências sociais. O cotidiano não se reduz à soma de atos isolados, como trabalhar, comer, dormir, vestir-se, mas a um encadeamento de acontecimentos interligados que se desdobram em um espaço e tempo social. Lefebvre (1991) atribui ao cotidiano uma significação mais relevante. Ele o vê como um solo fértil que, mesmo sem flores ou árvores, comporta as raízes abaixo, ou seja, riquezas e segredos não revelados.

Nesse contexto, para que possamos realizar um estudo sobre a vida cotidiana na Reserva, faz-se necessário proceder a uma reflexão que parte do concreto reproduzido no cotidiano. Lefebvre (2014) apresenta várias categorias específicas para a crítica da vida cotidiana. Na presente pesquisa, são exploradas as que seguem nos parágrafos subsequentes.

No que concerne ao **Vivido e Viver**, Lefebvre (2014, p. 342) explica que o vivido é sempre o que é realizado, ou que está no processo de ser realizado pelo indivíduo. Podemos dizer que é o atual, a experiência, a vida como ela é, e por isso se apresenta essencialmente dramático. O vivido é muito importante, pois a consciência humana é reflexo de experiências realizadas na vida. Já o viver é a expectativa definida por experiências, onde é elaborado como a vida deveria ser. É importante ressaltar que o vivido não é o mesmo que cotidiano. O vivido é o possível realizado, aquilo que já foi pensado como possibilidade para soluções de problemas e concretamente realizado, e que, dialeticamente, se contrapõe ao viver. Este é alimentado pelo sentimento de frustração diante do vivido.

Realizar uma reflexão crítica da vida cotidiana requer o reconhecimento dos conflitos e contradições acompanhado do desejo de transformação da realidade. Na clareza dessas contradições e conflitos, entre o que existe e o que pode existir, se promove o movimento do pensar, que repercute em uma visão de sociedade não estática, pela qual a lógica formal, assim como a concepção empirista e positivista, jamais poderá acompanhar. Para isso faz-se

necessário “explorar o que é possível, e isso inclui a exploração do espaço e transformação da vida cotidiana” (LEFEBVRE, 2014, p. 360).

Não podemos deixar de explicar a ideia de **Ambiguidade** proposta por Lefebvre, e reforçada por Lacombe (2007, p. 166), que considera que um cotidiano cheio de ambiguidades tem seus conflitos profundos, suas contradições e suas tensões reduzidos, escondidos e dissimulados. O cotidiano assim possui um caráter obscuro, que é desfeito no estudo crítico da cotidianidade. A Ambiguidade é uma categoria sociológica, uma situação constituída por contradições que foram sufocadas, embotadas e despercebidas (LEFEBVRE, 2014, p. 344). Nessa vertente, para que possam ocorrer mudanças e transformações, as contradições imersas no cotidiano devem ser trazidas à luz: assim, pensamos em novas possibilidades traduzidas em escolhas, julgamentos e ações. Considerando a proposta de Lefebvre (2014, p. 348), retomamos a necessidade de trazer à tona as confusões expressas no cotidiano, fazendo com que seus conflitos latentes e não aparentes sejam estourados.

O estudo crítico da vida cotidiana é tanto teoria quanto prática, crítica e ação, abrange uma decisão e precipita a mais revolucionária de todas elas: a decisão de tornar as ambiguidades insuportáveis. A partir disto, a posteriori, vislumbrarmos novas possibilidades de superação. Para Lefebvre (2014, p. 328), “é no cotidiano em suas profundidades ambíguas que nascem possibilidades, e o presente vive sua relação com o futuro”. Entendemos que essas profundidades ambíguas, às quais o autor se refere, são inerentes aos conflitos e contradições despertados no cotidiano a partir de uma negação, refletindo um campo de possibilidades que promovem a superação daquilo que se nega. Essa superação parte da premissa de que a prática humana deve estar estreitamente relacionada a uma ação transformadora que advém da negativa das estruturas sociais existentes, na qual “a mudança deve ser alcançada dentro do contexto do modo de vida e condições e através da práxis. No entanto, as mudanças que surgem como resultado de tais situações nem sempre revolucionam os modos de vida” (LEFEBVRE, 2014, p. 329).

Sobre a **Alienação**, Lefebvre (2014, p. 335) afirma que “um homem alienado é arrancado de si mesmo e transformado em coisa, junto com sua liberdade”. O processo de alienação se dá de várias formas e circunstâncias, e está presente em nosso cotidiano, envolvendo desde situações aparentemente triviais àquelas de grande vulto. A alienação é um processo que ocorre constante e diariamente, no qual as aparências representam a única realidade. Ela é o maior mal da sociedade, pois obscurece a verdade da vida, adoce a consciência humana e torna o homem refém dos centros de interesses privados. A superação disso só é possível quando o conhecimento começa a penetrar no real. Enquanto isso não

ocorre, estamos diante de uma “atividade humana dentro de uma realidade alienígena que é ao mesmo tempo grosseiramente material e abstrata” (LEFEBVRE, 2014, p. 129), que o homem não reconhece como sendo sua criação. Sob os moldes da propriedade privada, vivemos em um conjunto social em que o trabalho é alienado.

Dentro dos parâmetros da propriedade privada a relação do indivíduo com o todo é disfarçada e distorcida. De fato, o trabalhador trabalha para o todo social; sua atividade é parte do “trabalho social” e contribui para o patrimônio histórico da sociedade a que ele pertence. **Mas ele não sabe disso.** Ele acha que está trabalhando para o chefe: ele fornece um lucro. Desta forma, a parte do valor social de seu trabalho que não retorna a ele sob a forma de salários é mantida pelo chefe (mais-valia). As únicas relações diretas com o trabalhador são com o chefe. Ele é ignorante do fenômeno global ou total envolvido. Ele não sabe que a totalidade da mais-valia vai para os chefes como um grupo ou classe capitalista (LEFEBVRE, 2014, p. 127, grifo meu).

O trabalhador não sabe que apenas está sendo transformado em ferramenta e objeto a serem usados pelos capitalistas, desconhece a efetividade social do trabalho, sendo movido por relações, fatos e sentidos aparentemente reais, tendo sua vida cotidiana movida por “aparências que são tanto produtos das ideologias mistificadores como contribuições para as condições necessárias para que qualquer ideologia mistificadora funcione” (LEFEBVRE, 2014, p. 128). A efetividade social do trabalho consta no fundamental papel que este possui como elemento responsável pela reprodução social, papel este que o capitalismo reprime quando torna o trabalho aparentemente uma tarefa individual, em que o homem é reduzido à força de trabalho, a vende como uma coisa, ao mesmo tempo que se torna uma coisa. Em consequência, é retirada sua posição ativa na formação social, e sua relação com o trabalho assume a forma de necessidade de ganhar a vida. O homem passa a ser elemento passivo de forças externas, não compreende que o mundo é produto de sua ação. Ao desconhecer o seu poder sobre sua própria natureza, o homem constrói sua realidade (pseudo-realidade) em meio à alienação, tornando-se incapaz de enxergar as possibilidades que se abrem como forma de transformar a sua vida mediante uma realidade humana autêntica.

O **Tempo Social** em Lefebvre (2014, p. 352) enfatiza a diferença entre escalas de tempo cíclicas e escalas de tempo lineares, propondo uma análise dos resultados das interações entre ritmos cíclicos e escalas de tempo contínuas ou descontínuas no cotidiano. Diz ainda que há multiplicidade das escalas do tempo social, pois mesmo que cada grupo social tenha tempo, estes podem ser rápidos ou lentos, que varia entre o trabalho e a vida cotidiana fora do trabalho. Diante da relação dialética entre o presente e o passado não caberá uma consideração dos fatos de maneira linear, pois as épocas definem certa reciprocidade, e por isso continuidades e descontinuidades, ilusórias, definitivas ou parciais.

A vida social, a vida da sociedade e do indivíduo é, em sua essência, prática social: **Práxis** (LEFEBVRE, 2014, p. 355). A Práxis “não está confinada no cotidiano nem o cotidiano confinado a um recomeço mecânico e ilimitado dos mesmos gestos e operações” (LEFEBVRE, 2014, p. 357). Portanto, para que seja capaz de proporcionar mudanças, superações e transformações, a práxis tem que ser garantida por pressupostos embasados em um pensamento dialético que envolve um conhecimento conscientemente crítico acerca da realidade. Só assim estaremos diante de uma práxis legítima que vislumbra uma práxis total. Caso isto não ocorra, estaremos presenciando tentativas de transformações e superações sem sucesso refletidas em meros manifestos e protestos à situações empíricas.

No que concerne à práxis revolucionária parcial, Lefebvre (2014, p. 358) explica que “nem sempre é fácil distinguir esta práxis revolucionária parcial da práxis reformista que aceita e se submete ao real – ou seja, às relações de produção como dadas – em vez de exercer pressão sobre suas contradições”. Podemos dizer que a práxis revolucionária parcial é aquela ação responsável por pressionar as contradições. Reforçamos, aqui, que a crítica ao capitalismo promove uma prática-social que vislumbra uma perspectiva de mundo radicalmente diferente da proposta do sistema capitalista – práxis revolucionária – que introduz a ideia de “uma metamorfose do cotidiano [...] mudar o mundo em vez de interpretar, significa não só mudar o mundo exterior, mas, acima de tudo, mudar o cotidiano” (LEFEBVRE, 2014, p. 357). Logo, a práxis como fruto da negação das coisas do cotidiano assume sua importância, uma vez que promove movimento: de nada adianta um indivíduo conscientemente crítico da sua realidade, mas inerte. A “Práxis produz o mundo humano, nosso mundo, o mundo dos objetos e bens, o mundo que nossos sentidos percebem e que, portanto, parece um dom da natureza para os órgãos e corpo de um indivíduo” (LEFEBVRE, 2014, p. 355), precisa superar a lógica formal que não admite conflitos, assim como o pensamento dialético tende a superar a alienação.

2.3 SÍNTESE

A efetividade social do trabalho é reforçada nesta Dissertação através de Foster (2009), Flores (2013) e Lefebvre (2014), todos amparados pelas premissas do Materialismo Histórico de Karl Marx. Esta perspectiva enfatiza o homem como elemento ativo do mundo em que vive, através da sua relação com a natureza promovida pelo elemento trabalho. O

indivíduo social possui o poder de fazer escolhas conscientemente orientadas e concretizá-las através de suas ações, e através do trabalho sob o seu controle ele domina a natureza. Na exteriorização proveniente do processo de trabalho, constatamos o potencial social humano em meio a uma sociedade não estática. Mas, no sistema capitalista o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem seu trabalho pertence, e aquilo que é produzido torna-se propriedade do capitalista e não do seu produtor.

O marxismo é o conhecimento da vida cotidiana, pois resgata a realidade da classe trabalhadora, sendo que a alienação, em Lefebvre, não é apenas inerente ao trabalho, ela envolve aspectos ideológicos, políticos, econômicos e sociais, e por isso à vida cotidiana. Por isso os acontecimentos triviais são a matéria-prima para o conhecimento real de como se vive, pois, embora aparentemente sejam sem importância, são conduzidos pelos mecanismos que trabalham no encurralamento do potencial social do homem, inclusive Lefebvre chega a mencioná-lo como solo fértil para o conhecimento da vida social.

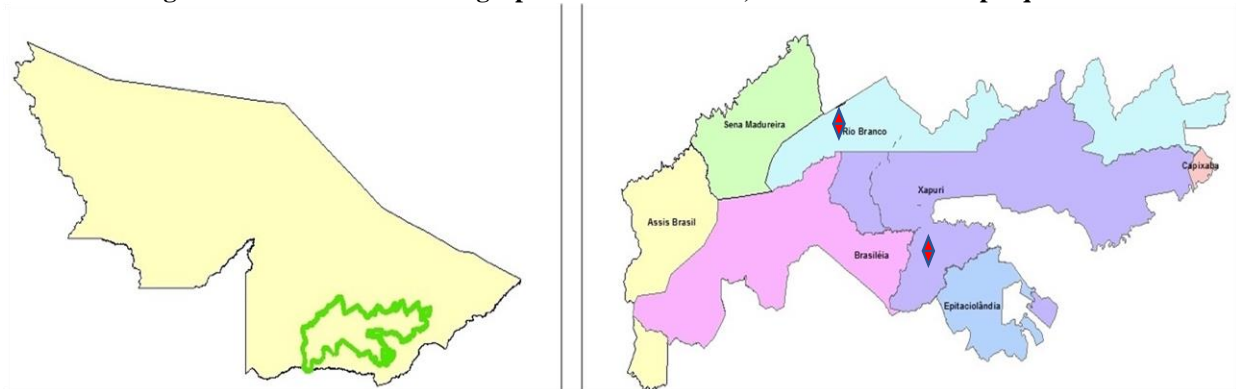
O estudo crítico da vida cotidiana da Reserva Extrativista Chico Mendes tem como objetivo **compreender como as contradições do Desenvolvimento Sustentável estão expressas na vida cotidiana dos moradores nesta Reserva**. Parte do prisma de que o capitalismo é um modelo social e ambientalmente insustentável. O cotidiano abrange todas as atividades e relações humanas: trabalho, lazer, família, vida pública, vida privada etc. É a partir do engajamento desses elementos do cotidiano com os demais elementos da totalidade que se desvendam as contradições e conflitos decorrentes das práticas de um sistema de desiguais: o capitalismo. Logo, acompanhar o cotidiano dos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes é partir de um contato direto com a vida cotidiana daquele espaço, analisando por uma perspectiva que parte não só do concreto, do existente e daquilo que é dito, mas também daquilo que não está aparente, imerso a situações desprezadas por um conhecimento fragmentado da realidade, mas que neste trabalho são consideradas primordiais na busca pela totalidade e compreensão da realidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para este estudo qualitativo, foi realizada uma pesquisa preliminar a fim de buscar maior familiarização com o tema, que auxiliaram na construção do objeto de estudo e na definição dos objetivos do trabalho. Naquele momento, foram pesquisados alguns trabalhos científicos, mídias locais e referenciais bibliográficos que abordam aspectos relacionados ao objeto de estudo.

Posteriormente, foi realizada a pesquisa de campo, momento crucial em que foi estabelecido um contato direto com o a cotidianidade da Reserva Extrativista Chico Mendes. Dada a extensão territorial da Reserva, estabeleci que me concentraria em duas zonas geopolíticas aparentemente em situações distintas: Xapuri e Rio Branco. Na zona geopolítica de Xapuri, realizei a atividade de pesquisa no Seringal Floresta, localizado a 23 quilômetros da área urbana de Xapuri, e Seringal Nazaré, a 44 quilômetros da área urbana de Xapuri. A escolha dessa zona foi motivada pelo fato de ela ser a terra natal de Chico Mendes e local onde supostamente são adotadas as práticas do Desenvolvimento Sustentável com mais frequência. Quanto à zona geopolítica de Rio Branco, escolhi por ser uma região mais isolada e esquecida pelos holofotes midiáticos. Nesta última, concentrei-me especificamente no Seringal São Francisco do Iracema, comunidade Cumaru, a 100 quilômetros da área urbana de Rio Branco, local onde os moradores se autodenominam como “Os desprezados do Vai Se Ver”.

Figura 12: Recorte das zonas geopolíticas da Reserva, visitadas durante a pesquisa



Fonte: ICMbio (2018).

Legenda

Rio Branco.	Sena Madureira	Brasília	Capixaba
Xapuri	Assis Brasil.	Epitaciolândia	Regiões Pesquisadas

Devido às longas distâncias e difíceis acessos, optei por me instalar na residência dos moradores por alguns dias durante as pesquisas de campo. Através de contatos com técnicos do ICMBio, adquiri os contatos telefônicos de algumas lideranças locais e, através desses contatos, defini o itinerário de pesquisa de acordo com as oportunidades que surgiram. Ao final de cada dia, registrava minhas percepções em um diário de campo, além de fazer registros fotográficos e gravações autorizadas. Também conversava informalmente com as pessoas, acompanhando suas atitudes e experiências diárias, seja no âmbito familiar, de trabalho, relacionamentos, lazer etc. Assim, observei as pessoas e seus comportamentos em situações de sua vida cotidiana. No ato de observar, considerei a perspectiva de Lefebvre, que chama a atenção para o efêmero, os pequenos gestos, os eventos humildes como sendo importantes acontecimentos cheios de significados para o entendimento da complexidade da vida cotidiana. É importante, então, observar o simples e o imediato do ser como uma relação social rica em interações, como a ação de “uma mulher comprar uma libra de açúcar” (LEFEBVRE, 2014, p. 58).

A primeira ida a campo aconteceu no dia 05 de setembro de 2017, com destino à Zona Geopolítica de Xapuri, no Seringal Floresta. Estive nessa área da Reserva por 05 (cinco) dias. Na oportunidade, acompanhei o dia a dia das pessoas que ali moram. Visitei, também, a residência de vários moradores, escutando seus relatos e conhecendo o concreto do contexto de estudo.

Em um segundo momento, no dia 14 de setembro de 2017, acompanhei a equipe do governo em visita técnica à Zona Rio Branco. Estavam presentes: 1 analista ambiental do ICMBio, 1 gestor ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 1 funcionária da Secretaria Estadual da Floresta e mais dois homens responsáveis por atividades de suporte e eu enquanto pesquisadora. A equipe está mobilizada no projeto de construção de banheiros na casa de moradores da Reserva, banheiros estes já presentes na Zona de Xapuri. O motivo da visita técnica seria a necessidade de o ICMBio analisar e conseqüentemente autorizar ou não operações que viabilizassem a construção de acessos dentro da Reserva para que os caminhões de transporte de materiais necessários para a construção dos banheiros pudessem trafegar até o destino das obras. Nesses locais ainda não existem ramais, apenas caminhos estreitos de difícil acesso e varadouros. Só conseguimos chegar até a colocação Humaitá, Seringal Bonfim (a 70 km da área urbana de Rio Branco), pois o acesso estava cada vez mais complicado e a vistoria mais adiante só poderia ser realizada em motocicleta, quando não, a

pé. Essa visita me oportunizou analisar como são realizadas as atividades no interior da Reserva por parte de agentes públicos.

A terceira ida a campo foi para participar de uma reunião com o Núcleo de Base Cumaru, na Zona Geopolítica de Rio Branco, no Seringal São Francisco do Iracema, a 100 quilômetros da área urbana. O local é de difícil acesso e fica à margem do Igarapé Vai Se Ver. A ida só foi possível de motocicleta. Devido à distância e ausência de políticas públicas, os próprios moradores se autodenominam como “os desprezados do Vai Se Ver”. A pauta da reunião foi a construção de uma via de acesso para o transporte de materiais para construção de banheiros prometidos pelo prefeito municipal. Ali, permaneci por 2 dias, a fim de acompanhar e compreender o cotidiano dos moradores daquela região. Com a reunião supramencionada, pude observar comportamentos e conhecer as indagações e propostas levantadas pelos moradores para o enfrentamento das dificuldades do dia a dia.

A quarta e última ida à Reserva foi no dia 05 de outubro de 2017, com o objetivo de participar de uma reunião que aconteceria com todos os núcleos de base da Reserva Chico Mendes de Xapuri, oportunidade em que acompanhei como se procedem tais eventos e conhecer as discussões levantadas. O evento aconteceu no Seringal Nazaré, Colocação Nova Vida, onde estive por 03 dias. A mesma reunião, além da presença dos moradores e representantes de Núcleo de Base, teve a presença de representantes da EMBRAPA, SEAPROF e SEMA.

Conjugada à observação, realizei entrevistas abertas com os seguintes entrevistados: o presidente de Associação de Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes; liderança reconhecida pelos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes; analista ambiental do ICMBio, enquanto agente público que possui contato direto com as ações realizadas na Reserva Extrativista Chico Mendes, e mais 7 moradores da Reserva. Ao todo, foram 10 entrevistados. Também foi autorizada a gravação de uma reunião, que aconteceu no Seringal São Francisco do Iracema, entre os moradores e o ICMBio, e a partir dela pude extrair muitas informações e relatos importantes para a realização do presente estudo.

Quanto ao método utilizado no trabalho, foi feita entrevista aberta, sem roteiro estruturado. Esta foi uma maneira informal de entrevistar a partir de uma interação estabelecida entre mim, enquanto pesquisadora, e os sujeitos daquele espaço. Ao entrevistar os moradores da Reserva, busquei informações acerca de suas relações com o trabalho, família, lazer, órgãos gestores, associações e lideranças locais. Questionei como estas pessoas vivem e seus principais enfrentamentos. Quanto ao presidente da Associação de Moradores, no decorrer da entrevista questionei como ele enxergava o cotidiano da Reserva, suas

experiências enquanto presidente, seu relacionamento com os associados, ações adotadas, opinião sobre as práticas de Desenvolvimento Sustentável, anseios e receios. No que concerne ao Analista Ambiental, busquei informações acerca de sua rotina de trabalho na Reserva. Ao final, realizei a gravação e transcrição de todas as entrevistas. Com o objetivo de assegurar o anonimato dos entrevistados, utilizo pseudônimos em lugar de seus nomes reais.

Ao longo de todas as etapas da pesquisa, realizei coleta de dados secundários nos seguintes documentos: Programa de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre; Decreto de Criação da Reserva Extrativista Chico Mendes; Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes; Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes; Estatutos das Associações de Moradores; Guia Informativo da Gestão Participativa da Reserva Extrativista Chico Mendes; e, Manifesto dos servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade lotados na Reserva Extrativista Chico Mendes. Também foram consultadas pesquisas científicas sobre o tema.

O método utilizado para análise dos dados coletados foi o regressivo-progressivo, de Henri Lefebvre, que busca compreender a gênese do presente, partindo do atual em direção ao passado. Logo, não devemos desconsiderar o contexto histórico que envolve as Reservas Extrativistas. No entanto, analisando através da perspectiva de Lefebvre, compreendo a impossibilidade de um conhecimento real que seja fruto de um movimento que parte do passado como método de refletir sobre o que ocorre na atualidade, uma vez que esse movimento promove uma análise de acontecimentos de forma linearmente cronológica que está enraizada no determinismo histórico. Em Lefebvre (2014, p. 64), a dialética do conhecimento “mostra-nos uma Historicidade e uma união com a Universalidade”, o que nos remete a refletir como os acontecimentos históricos possibilitam a compreensão de processos em curso no presente, embora o movimento de reflexão deva partir do presente para o passado, uma vez que o passado é resgatado para a realização do presente que antecipa um futuro.

Explica Lefebvre (2014, p. 65):

Todo momento da história, cada etapa realizada através da história, constitui um todo. Cada momento também contém o grão da realidade humana que aparecerá cada vez mais claramente durante o subsequente processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o homem total é um limite para o infinito. Somente se postularmos esse limite como universalidade, podemos afirmar que, apesar dos conflitos e das contradições, existe uma profunda unidade ainda não realizada entre domínios de atividade, poesia e ciência, arte e conhecimento etc. Assim como aprender, sem a idéia do absoluto, cai no relativismo puro – assim, sem a noção de homem total, humanismo e concepção teórica da queda humana de volta a um pluralismo incoerente. Assim, a teoria do fundamental é e não está na história. Integra a história e integra-se com a história, em uma maneira dialética coerente.

Na relação dialética entre o presente e o passado, as épocas definem certa reciprocidade, com a existência de continuidades e rupturas, ainda que haja continuidades ilusórias e rupturas não absolutas. Assim, os acontecimentos da história não serão considerados de forma linear, tampouco voltados ao determinismo histórico, e sim, acompanhará o método dialético através do movimento do pensamento no processo de construção do conhecimento acerca da realidade. Ainda sobre o método regressivo-progressivo, Lefebvre apud Duarte (2006, p. 27) reforça que o Regressivo é inerente ao movimento “do atual ao passado”, enquanto que o Progressivo parte “do superado e do terminado, ao movimento que determina aquela conclusão e faz surgir algo novo”.

4 CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

Café preto, benção aos filhos, alimento aos animais (capotes, galinhas, patos, peixes, porcos), o vizinho que chega para contar alguma novidade da rua¹⁸, aqueles que comentam o episódio da novela transmitido na noite anterior, chapéu na cabeça e ferramentas em mãos para iniciar os trabalhos no roçado¹⁹, na coleta da castanha ou do látex. Assim, muito cedo, começa mais um dia na Reserva Extrativista Chico Mendes.

As crianças preparam-se para ir à escola da comunidade. Algumas vão a pé até o ramal²⁰ onde passa o ônibus escolar. Quando não há ramais viabilizando o tráfego de ônibus, elas vão a cavalo ou mesmo caminhando, num percurso que, dependendo da distância entre residência e escola, pode levar até quatro horas de viagem.

A Figura 13 apresenta crianças moradoras da Reserva retornando da escola:

Figura 13: Crianças retornando da escola



Os adultos sofrem com as dificuldades de trafegar no interior da Reserva no inverno. Quando é necessário ir à cidade, se veem diante de uma saga árdua. Quanto mais distante da área urbana, maiores são as dificuldades em se chegar a uma unidade de atendimento de saúde, uma vez que, dentro da Reserva não há postos de saúde para atender as duas mil famílias que vivem lá, espalhadas em uma área de quase um milhão de hectares. Na

¹⁸ Como os moradores da Reserva se referem à cidade.

¹⁹ Área de terra destinada a uma plantação pequena de produtos agrícolas, como mandioca, milho, feijão, arroz, entre outros.

²⁰ Ramais são estradas de barro construídas para tráfego em áreas rurais.

comunidade Cumaru, por exemplo, no seringal São Francisco do Iracema²¹, a mais de 100 quilômetros da cidade de Rio Branco, quando alguém adoece, é levado até a casa de um morador com o nome de Luís, o “Samu”. O apelido dado é devido ao fato de que ele, por muitas vezes, leva doentes em seu barco à cidade, percorrendo o igarapé Vai se Ver, o Riozinho do Rola e o Rio Acre, até a unidade de atendimento mais próxima. Quando não é possível trafegar pelo igarapé em época de vazante (quando está com o nível da água muito baixo), os doentes vão de colocação²² em colocação carregados em redes.

O morador Roberto Lima relembra uma experiência vivida enquanto trafegava no interior da Reserva:

Rapaz, teve um dia que eu consegui um carrinho pra me trazer aqui com a feira lá de casa. Aí, viemo (sic) bem devagarzinho, né (sic). Aí, no caminho encontrei uma mulher que tinha caído de moto e quebrado a perna. A sorte dela é que eu cheguei, aí levamos ela pro pronto-socorro na cidade.

A Saúde Itinerante²³ vai à Reserva apenas uma vez por ano e, enquanto isso, agentes comunitários de saúde fazem visitas esporádicas realizando atividades diversas, como medição de pressão e entrega de preservativos, e prestando informações acerca de cuidados para prevenção de doenças, entre outras atividades.

As notícias e a comunicação com o exterior da Reserva ocorrem através de rádio a pilha, mediante a emissora pública estadual Difusora Acreana, “a voz das selvas”, a única rádio que funciona dentro da Reserva. As mensagens pelo rádio chegam todos os dias a partir das 13h00 para aqueles que aguardam recados de familiares e amigos que estão na cidade. Além das mensagens e notícias, as propagandas governamentais voltadas à aparente valorização dos “povos da floresta”²⁴ aliada à preservação ambiental são frequentes nas transmissões da rádio.

As mulheres cuidam de suas hortas, da limpeza da casa, da lavagem das roupas, das refeições, embora muitas delas também trabalhem no roçado e/ou na extração da castanha e do látex. Algumas fazem atividades de crochês, bordados e costuras como uma opção complementar à renda da família.

²¹ No período do Seringalismo, foi propriedade do sr. Francisco Antônio de Brito, na época, grande produtor de borracha. Atualmente, é situado em uma área que faz parte da Reserva Extrativista Chico Mendes, que abrange os municípios de Rio Branco e de Xapuri (MELO, 2012).

²² Colocação é uma área dentro do seringal que abrange um grupo de pessoas que ali moram e desempenham suas atividades.

²³ Programa da Secretaria de Estado de Saúde do Acre que leva atendimento médico especializado e cirúrgico às populações residentes em todos os municípios acreanos, até os mais isolados, de difícil acesso e em locais com insuficiência da oferta assistencial (ACRE, 2017).

²⁴ Termo muito utilizado nos discursos governamentais ao se referirem aos trabalhadores rurais da Reserva Extrativista Chico Mendes.

A Figura 14 apresenta uma fotografia tirada na residência de uma família que mora na Reserva há 29 anos. Enquanto a dona da casa prepara o almoço e realiza suas atividades diárias, seu esposo trabalha no roçado. O fogão construído com barro, o jirau²⁵, as panelas suspensas nas paredes, representam elementos básicos de uma típica cozinha dos moradores da Reserva.

Figura 14: Moradora da Reserva realizando suas atividades diárias



No almoço, o arroz e o feijão plantados no roçado não faltam à mesa como acompanhamento para carnes provenientes da caça do tatu, paca, jaboti, porco do mato, entre outros. A carne de gado está nas refeições somente em ocasiões especiais e, principalmente, quando dá para pagar o preço vendido na cidade, embora haja muito gado no interior da Reserva. Isso porque quem cria prefere tê-los como renda complementar para situações de emergências. Por vezes, o gado nem pertence a quem cria.

A Figura 15 apresenta um prato servido durante o almoço na residência de um dos moradores, o tatu no leite da castanha, muito apreciado e consumido entre as pessoas da Reserva. A venda de carne de caça é proibida na Reserva, mas para o consumo das pessoas que ali moram a caça é permitida.

²⁵ Estrado a meia altura que serve para lavar louça ou roupa. Serve também como apoio para diversas utilidades.

Figura 15: Carne de caça servida em uma refeição na Reserva



No lazer, tem a pescaria e eventos organizados pelos próprios moradores, estreitando os laços sociais com a música, cachaça e pratos da culinária local. As crianças banham-se nos igarapés e açudes, jogam futebol, sobem em árvores e correm pelos quintais de suas casas. Os jovens relacionam-se em sua maioria com pessoas que moram nas proximidades, e os casamentos ocorrem geralmente antes dos 20 anos de idade. Logo vêm os primeiros filhos, o estudo para muitos fica em segundo plano, e o trabalho, seja no roçado, no extrativismo ou no pastoreio, começa ainda na adolescência.

A seguir, o relato da jovem Antonieta, de 18 anos, que vive na Reserva desde que nasceu:

Casei com 15 anos, porque já tinha vontade de casar, ter meus filhos, minha casa própria. E lá em casa não tinha nem o que comer. Ia muita gente pra casa da minha avó, e muitas vezes ela tirava da boca dela pra dá pra gente (sic). Às vezes, eu me arrependo de ter casado nova, mas não me arrependo mais porque eu bebo e eu como a hora que quero. (Antonieta é moradora da Reserva há 18 anos)

Os filhos, quando casam, constroem suas casas na colocação de seus pais. Em uma mesma colocação encontram-se até quatro casas, dependendo do número de filhos. Alguns jovens vão à cidade em busca de novas alternativas de vida, seja vislumbrando oportunidades de estudos ou trabalho. As dificuldades revelam-se na busca por emprego, no custo de vida da cidade, e na necessidade de viver na periferia da cidade, sendo submetidos a vulnerabilidades sociais. Muitos retornam à Reserva frustrados com a difícil experiência na cidade.

A reza para os católicos é realizada quando padres missionários visitam a Reserva. As missas podem acontecer em galpões ou escolas, e quanto mais distantes da área urbana, mais raras se tornam. Também existem algumas igrejas protestantes organizadas pelos próprios moradores da Reserva. São essas duas religiões que ali predominam: catolicismo e protestantismo.

Após os eventos festivos, cultos religiosos, ou mesmo um dia maçante de trabalho, as pessoas voltam para as suas casas, que são estruturas de madeira construída por eles mesmos com elementos extraídos da Reserva, conforme Figura 16 a seguir:

Figura 16: Casa típica dos moradores da Reserva



Ao anoitecer, quando existe energia elétrica ou quando há recursos financeiros para pagar o combustível que mantém o motor gerador de energia, a novela é aguardada ansiosamente. Homens, mulheres, crianças, vizinhos e parentes reúnem-se na casa de alguém que possui televisão para assistir a mais um capítulo da novela. Estórias de fantasmas e outras narrativas contadas, como “causos” de onças, de cobras e demais bichos da floresta fazem parte das rodas da conversa. Após isso, não muito tarde, seguem para suas casas para o descanso que antecederá mais um dia de trabalho, que se iniciará antes mesmo do amanhecer. Todos os dias, os mesmos lugares e itinerários.

O trabalho de plantar e colher no roçado é mais para subsistência do que para transação, garantindo que alimentos como a banana, macaxeira, mamão, milho, arroz e feijão estejam presentes nas refeições diárias. Em uma área de aproximadamente 100 metros quadrados o assentado reveza o plantio e a colheita conforme a sazonalidade agrícola. O milho em agosto, a mandioca em setembro, o arroz em outubro. Maria do Carmo, moradora da Reserva há 33 anos, relata a rotina do trabalho no roçado:

Meu esposo chegou agora do roçado, tá (sic) um pouco atrasado, mas tá (sic) fazendo, porque, senão, ano que vem a gente perde a safra do feijão e do arroz [...], entendeu? Que nem um ano: a gente perdeu a safra e atingiu muito a gente, porque tivemos que comprar o feijão.

Perder estas datas de plantio e de colheita implica na necessidade de comprá-los para tê-los à mesa, e para isso, falta dinheiro.

Para o trabalho de coleta da castanha os assentados aguardam a safra. As flores aparecem no mês de outubro e os frutos amadurecem caindo de dezembro a março. Quando ou ouriços de castanha caem, homens e mulheres trabalham na coleta daqueles espalhados no solo, e sua quebra exige força e habilidades. Os paneiros, cesto de cipó confeccionado por eles mesmos, são utilizados no transporte da castanha até suas residências. A quantidade de latas, que é como os extrativistas medem a produção de castanha na floresta, pode ser de 40 a 300 latas por árvore anualmente, dependendo das condições climáticas.

A produção e a reprodução dessa força de trabalho se reduz a um valor monetário pago ao extrativista em troca do produto do seu trabalho. A Cooperacre compra do extrativista a lata de castanha pela quantia de R\$ 80,00 (oitenta reais). Para se ter um comparativo, o mesmo produto pode ser encontrado no mercado da capital do Acre, Rio Branco, custando em média sete vezes mais. A coleta do látex pode ser realizada o ano todo, e é um trabalho que demanda muitos esforços e habilidades para a correta sangria da seringueira. O preço pago pela Cooperacre à força de trabalho do extrativista nessa atividade é de R\$ 6,00 (seis reais) pelo litro de leite de seringa (como é mais conhecido).

A relação profunda do homem e da natureza através do trabalho é disfarçada por relações imediatas e diretas definidas entre o assentado trabalhador e as cooperativas que efetivam seus lucros através do pagamento de valores inferiores ao que de fato é produzido pelos assentados, apropriando-se do valor do trabalho destas pessoas de maneira exploratória. Retomamos que Lefebvre (1991, p. 89) reforça que “a fonte do lucro capitalista é a mais valia oportunizada pela compra da força de trabalho”. O dinheiro, “símbolo da alienação e elemento de mediação entre capitalista e trabalhador” (LEFEBVRE, 2014, p.120), é adquirido através da venda da sua força de trabalho advinda dos castanhais ou da extração do látex. O assentado precisa de dinheiro para garantir a sobrevivência mínima sua e de sua família, e para isso vive para trabalhar. Embora o trabalho seja muito, o dinheiro recebido não é suficiente para custear suas necessidades básicas. Os relatos das pessoas que ali moram e os fatos do cotidiano demonstram que o assentado não consegue viver apenas do extrativismo do látex e da castanha, necessitando de uma renda que complete o orçamento familiar.

Outro agravante é o fato de que comercializar a produção agrícola para complementar a renda é uma alternativa inviável para a maioria dos assentados, pois estão sujeitos ao pagamento dos preços caros cobrados pelos donos de caminhões que fazem o frete para escoar os produtos até a cidade, como mencionado por Monica Ferraz, moradora da Reserva há mais de 40 anos: “o que a gente tem é uma macaxeira, banana, abacaxi, não tem carro, não tem ninguém pra (sic) levar nossas coisas pra (sic) rua. Se for pagar carro, é um absurdo doido só pro (sic) frete levar”. Ainda que o roçado seja essencial para o sustento dos assentados, as determinações do Plano de Utilização, instrumento legal pelo qual esses sujeitos estão submetidos, estipula um percentual de apenas dez por cento da área da colocação para essa atividade definida como “complementar” às atividades principais do Desenvolvimento Sustentável: extração do látex e castanha.

Pior é a situação daqueles que estão em áreas mais distantes e que sofrem com o isolamento. Não há infraestrutura para escoar sua produção, e as cooperativas não chegam até esses locais, como mencionado pelo morador Antônio: “Aqui não tem ramal, e não tem como a gente mandar pra fora o que produz. Aqui não tira leite de seringa e nem castanha, não tem como a Cooperacre entrar aqui em 5 horas adentro. O varadouro que tem aí é terrível”. Restalhes, então: plantar e caçar para comer, para os problemas de saúde, os chás com os elementos extraídos da floresta e, na andança entre uma comunidade e outra, a improvisação para sobreviver.

Com o isolamento, maiores são as dificuldades e privações na vida do assentado. Antônio Silva e Roberto Lima relatam, respectivamente: “A verdade é que tem 30 dias que não entra carro aqui, a gente fica é preso! Tem criança aí pra trás que não estuda”; e, “O igarapé enche mais ou menos, e a gente já anda com a água na cintura. Aí, fica (sic) sem transporte pelo igarapé e por terra. Aí (sic), passamos crise, porque aqui é muito escondido, lá pra dentro, é só mato”. O Igarapé mencionado é o “Vai Se Ver”, que em cheia das suas águas fica com aproximadamente 300 metros de largura, transbordando em algumas áreas da Reserva e inviabilizando a passagem via terrestre.

Figura 17: Igarapé Vai Se Ver



A Figura 17 apresenta uma fotografia do Igarapé tirada no mês de setembro de 2017. Nesse período, ele ainda aparece modesto e estreito, mas no mês de janeiro, quando as chuvas tornam-se mais frequentes, inicia sua cheia. Quando o igarapé enche, as dificuldades aparecem, e, para atenuar o isolamento da área, os moradores improvisam uma ponte com tocos de árvores (Figura 18), que resistem por pouco tempo, quando os moradores ficam completamente isolados, aguardando a vazante das águas. Abaixo, segue fotografia da ponte mencionada:

Figura 18: Ponte construída sobre o Igarapé Vai Se Ver



Diante das muitas privações e dificuldades enfrentadas pelos assentados, o fazendeiro apresenta-lhes uma alternativa que supostamente salvar-lhes-á da miséria: ingressar no sistema de “gado de meia”. Nessa proposta, o gado pertence a fazendeiros da região, mas é

criado e cuidado pelos assentados no interior da Reserva. O fazendeiro fornece os meios para que este trabalho seja realizado em troca de mão de obra barata, equivalente a R\$ 14,00 (quatorze reais) mensais por cabeça de boi. Mais uma vez, os assentados são os que menos ganham.

O trabalho desumano e alienado se confirma tanto nessa prática quanto no trabalho de extração do látex e da castanha, pois ambas são variações do modo de produção capitalista, em que tanto o trabalhador quanto a natureza são coisificados, de modo que do homem é tomada a compreensão do mundo enquanto fruto do seu trabalho. Essa desumanização do trabalho Lefebvre (2014, p. 138) define como alienação: “o homem arrancado de si mesmo, da natureza, da sua própria natureza, da sua consciência, arrastado e desumanizado pelos seus próprios produtos sociais”. Embora a essência do trabalho deva ser a efetividade social, no capitalismo ele assume a forma de necessidade de ganhar a vida, onde o homem não se reconhece como elemento ativo na reprodução da sociedade, e, por isso, acredita que trabalha para quem o paga e não para o todo social.

Vejamos o que um assentado diz sobre o “gado de meia” na Reserva:

Fazer pasto é o que ta (sic) existindo muito também aqui dentro da Reserva. É gente criando gado “dos outro” (sic), que a gente chama de meia. Meia é assim: os fazendeiros não podem mais derrubar e dão o gado pro (sic) seringueiro criar. Dão uns 20 (vinte) boi e 20 (vinte) vaca (sic). Aí, quando a vaca reproduz, o que a gente chama de parir, dando 10 (dez) crias, 5 (cinco) é do dono do lugar e 5 (cinco) do fazendeiro. E assim tem muita gente por aqui, porque eles (fazendeiros) não podem derrubar e inventaram essa astúcia de dar o gado pra (sic) gente criar. Aí, eles dão o sal, ajudam em cerca, dão a vacina, e aí, muita gente cresce o campo por causa disso pra (sic): fazer pasto. (Flaviano Costa é morador há 29 anos na Reserva)

Embora os assentados reconheçam as suas desvantagens nessa relação de trabalho, assim como os danos ambientais provocados pela crescente pecuarização, eles compartilham em seus relatos do mesmo pensamento: criar gado tornou-se renda complementar das outras atividades econômicas propagadas nos discursos oficiais como suficientes para o sustento da população residente da Reserva, como a extração do látex e a coleta da castanha. Sobre a pecuária na Reserva, retomamos os enfrentamentos vivenciados no momento de luta travada entre os seringueiros e fazendeiros naquela região nas décadas de 70 e 80 (mencionadas no item 1.1). As possibilidades pensadas naquele movimento de luta foram apropriadas por relações contraditórias e, por isso, distorcidas. O que inicialmente seria o enfrentamento das contradições capitalistas metamorfoseou-se, e ressurgiram novas contradições. Os fazendeiros, movidos por seus interesses de propriedade privada, continuam presentes na Reserva, apropriando-se daquele espaço no intuito de captar recursos para acumular riquezas particulares em detrimento da natureza e do trabalhador.

Além da sustentação de relações de trabalho exploratórias, a crescente pecuarização no interior da Reserva promove o desmatamento provocado pelo pastoreio. A Figura 19 é uma fotografia tirada no interior da Reserva, que revela o desmatamento proveniente da crescente pecuarização. Também constatamos a inexistência de ramais nessa área que fica localizada na Zona Geopolítica de Rio Branco, no Seringal Bonfim, existindo apenas um caminho de acesso, o que dificulta a escoação de castanha, do látex e demais produtos que venham a ser produzidos nessa área.

Figura 19: Área desmatada



Sobre a pecuária na Reserva, vejamos o que diz Ronaldo, assentado da Reserva e ao mesmo tempo presidente da Associação de Moradores local:

Hoje, o fazendeiro tá (sic) vivendo dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes. Tem um fazendeiro que ele não mora aqui, mas é o peão, o funcionário é o gado. Hoje, se você falar em tirar o gado de dentro da reserva, se brincar, você morre. É igual porco espinho. Se disser [que] vai tirar o gado, todo mundo fica bravo. E não é os cara (sic) daqui não, é quem tá lá fora. E aí que tem com isso? **Se tirar (o gado) alguém morre!** É o presidente da associação, é o do núcleo de base... Então, chegamos em um momento muito complicado da Reserva Extrativista Chico Mendes. (Ronaldo Souza é presidente da Associação de Moradores, grifo meu)

O relato de Ronaldo Souza revela que, além da sujeição às condições exploratórias do sistema de “Gado de Meia”, também existe o fato de que aqueles assentados que resistem a participar dessa atividade passam a conviver com a coação dos fazendeiros. Isso porque o Plano de Utilização estipula que criar gado de corte no interior da Reserva só é possível em um percentual de 20% (vinte por cento) dos 10% (dez por cento) da área destinada às chamadas atividades complementares. Embora ultrapassar esses limites constitua prática ilegal, assentados e lideranças locais têm receio em realizar denúncias e, posteriormente, sofrerem represálias, fato reforçado pelo depoimento do morador Antônio Silva ao dizer: “Às

vezes, as pessoas não vão denunciar com medo. Se a gente denunciar, pega uma pisa (surra) sarada”. Frente às ameaças e intimidações, todos fazem vista grossa àquela situação, inclusive o presidente da Associação de Moradores local, que afirmou o seguinte:

Uma vez a comunidade tinha pedido uma reunião porque o assentado morreu e os filhos venderam [a terra] para um cara que era laranja do fazendeiro “X”, e a comunidade não queria que ele estivesse ali. **Só que esse fazendeiro convocou todo mundo que tem terra aqui dentro, pessoas que eu nunca que tinha visto. Tinha dono de supermercado, uns quatro vereadores, o presidente da câmara dos vereadores, só faltava mesmo juiz, reuniram esse monte de gente pra defender os interesses deles.** Aí, eu falei o que dizia o plano de utilização na reunião, falou o pessoal do ICMBio também, mas, aí, quando eu saí dali, já fui ameaçado: o cara chegou pra mim e disse que eu não pagava uma bala. Aí, eu fui um monte de dia surpreso: eu tava (sic) no escritório da associação, e quando pensava que não, o cara chegava dizendo:

- Quem é o presidente? Tô sabendo que vão tirar um pessoal aí da reserva, porque eu tenho uma colocação lá que eu comprei e meu gado tá lá.

É gente que eu nunca vi. Então é um negócio muito perigoso, nem todo mundo quer assumir essa presidência. Tem coisa que você vê e faz de conta que não vê. Coisa que você faz de conta que não escuta. (Ronaldo Souza é presidente da Associação de Moradores, grifo meu).

Quem também relatou ter sofrido com as intimidações e até mesmo ameaças de morte foi um analista ambiental do ICMBio, que enfatiza seu descontentamento frente às condições de trabalho: “falta recursos materiais e pessoal suficientes para atender às demandas de fiscalização, e por isso há sobrecarga de trabalhos” (Lucas Maia, Analista Ambiental do ICMBio). Em consequência existe uma fiscalização deficiente sendo pouco assídua na Reserva, e por isso é muito criticada pelos assentados. Vejamos:

O ICMBio não faz quase nada. O ICMBio, pra (sic) melhor dizer, é um órgão que quase nem serve, ó. Porque, se ele fizesse o papel que é pra (sic) mesmo fazer, não era pra (sic) tá assim como tá hoje (sic). Fiscalizam não, eles vem por aqui mais perto, mas, mais aí pra (sic) dentro [mais distante], tem muita colocação, tem muita terra ainda ali pra dentro. (Flaviano Costa é morador na Reserva há 29 anos).

A indignação dos assentados com a atuação do ICMBio é devido ao crescente número de moradores ilegais²⁶ na Reserva, que atuam em diversos ilícitos. São eles:

a. pessoas que compram a terra diretamente com o assentado, o que não é permitido legalmente (uma vez que a terra pertence à União, o assentado pode vender apenas as benfeitorias realizadas enquanto morador daquela área, e ainda assim precisa informar ao ICMBio);

b. pessoas que compram a terra em seu nome, mas oculta a identidade de fazendeiros, comerciantes e empresários locais (são os chamados laranjas);

c. membros de facções criminosas, pessoas que geralmente usam a Reserva como esconderijo da polícia ou de desafetos.

²⁶ Aqueles que não possuem o contrato de concessão de uso.

De acordo com relatos, em razão da mobilidade desses sujeitos à Reserva ocorre o aumento da criminalidade ali, como roubos, venda de drogas ilícitas e até mesmo assassinatos.

A Figura 20 é de um veículo roubado, uma motocicleta encontrada na Reserva.

Figura 20: Veículo roubado encontrado na Reserva



Fonte: ICMBio (2017).

Muitos assentados também estão insatisfeitos com as lideranças locais, representantes de associações de moradores e núcleos de base. As associações de moradores estão em descrédito com seus associados e, com isso, a descrença naqueles que deveriam representar os interesses da comunidade é visível. Lucimara Costa, moradora da Reserva há 12 anos, comenta como se relaciona com a presidência da associação que representa os assentados de sua região: “A associação só fala o que quer. A gente pergunta, e mudam de assunto. Aí, a gente, mesmo desconfiado, tenta ficar ali com eles, né (sic). Se a gente bater de frente, eles excluem nós. Ruim com eles, pior sem eles.” (Informação verbal)²⁷

Marinete Silva, que mora há 29 anos na Reserva, também demonstra seu descontentamento com a atuação da associação:

Se o presidente [da associação] tem medo de morrer, não pode tá (sic) a frente dessa causa. O fazendeiro ainda manda aqui, recorre mesmo é a gente grande com poder. Não existe nada pra (sic) emperrar a criação de gado. A natureza ainda vai se vingar da rebeldia do homem. (Informação verbal).²⁸

Aparentemente, o processo de organização comunitária que inclui as associações garantiria a participação coletiva dos moradores envolvendo-os na gestão da Reserva

²⁷ COSTA, Lucimara. Xapuri, Reserva Extrativista Chico Mendes, Seringal Nazaré. 7 de out. de 2017. Anotação no caderno de campo.

²⁸ SILVA, Marinete. Xapuri, Reserva Extrativista Chico Mendes, Seringal Floresta, 17 set. 2017. Anotação de caderno de campo.

Extrativista, juntamente com o ICMBio e demais órgãos governamentais, fazendo o uso de instrumentos de gestão (Plano de Manejo, Plano de Utilização, Contrato de Concessão de Direito de Uso), que simuladamente respeitam os recursos naturais existentes e os trabalhadores. Essas estratégias tentam disfarçar a desordem e construir uma aparente coerência na Reserva, ao mesmo tempo que buscam moldar o cotidiano através de normas e modelos na tentativa de bloquear o pensamento crítico das pessoas e as futuras possibilidades.

O cotidiano mostra-se dramático, seja na relação entre as pessoas e os órgãos de gestão (e seus instrumentos regulatórios e cooperativas), seja nas relações interpessoais. O drama real se apresenta quando os assentados em seus relatos reclamam dos preços cobrados pelos caminhões freteiros; quando questionam o exercício das atribuições do ICMBio, da Associação, ou mesmo sobre o que é estipulado no Plano de Utilização; também, o drama é presente quando constatamos, na vida cotidiana, que a sobrevivência dos assentados não é garantida apenas com a venda do látex e da castanha; quando estamos diante da crescente pecuarização e venda ilegal de madeira no interior da Reserva; quando crianças, jovens e adultos andam por horas para chegar nas escolas, ou quando doentes necessitam de atendimento médico.

Simultaneamente aos dramas existentes, a vida cotidiana da Reserva Extrativista Chico Mendes, em seus dias modestos que se desenrolam com atividades mais humildes e triviais, porém, não menos importantes, encontra-se sufocada pela ideologia do Desenvolvimento Sustentável e pela busca incessante de sua legitimação. De acordo com Lefebvre (2014, p. 334), no nível do Estado, das estratégias e da sociedade como um todo, as funções são confiadas a ‘aparelhos’ que atuam por meio de representações passadas como verdades e realidades: as ideologias. No capitalismo, as ideologias trabalham para que um grupo exerça domínio sobre o outro, moldando o pensamento e a ação dos dominados aos interesses dos dominadores (classe dominante). Ao mesmo tempo que não condizem objetivamente com a realidade da vida das pessoas, também não são alheias às suas vidas, tendo em vista que se inspiram no concreto e nele se expressam. Segundo Lefebvre (1991, p. 155), “as ideologias e mistificações se baseiam na vida real, ainda que ao mesmo tempo disfarcem ou invertam essa vida real”.

Na Reserva, em meio a um cenário de anseios dos assentados por qualidade de vida e preservação ambiental, o Desenvolvimento Sustentável é imposto como alternativa para o alcance dessa conciliação. Por se dissolverem em situações diárias através de representações (estatutos, obras, eventos), essa ideologia confunde a consciência das pessoas, principalmente por se difundir nas atividades tradicionais de coleta de látex e de castanha, tornando cada vez

mais turva a distinção entre o real e o irreal, criando, dessa maneira, “máscaras que blindam os homens da sua vida social” (LEFEBVRE, 2014, p. 116).

Revelando o que existe por detrás da ideologia do Desenvolvimento Sustentável na Reserva Extrativista Chico Mendes, ressalta-se que o Governo do Estado do Acre incentiva a sustentação de relações contraditórias em escala global, captando recursos de organismos internacionais, que, amparados pelas promessas de conciliação de aspectos econômicos e sociais à preservação ambiental, constroem mecanismos de favorecimento a grupos privados conduzidos pela acumulação de capital. São vários os empréstimos contraídos junto a entidades nacionais e internacionais como o Banco Mundial, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco Interamericano de Desenvolvimento e a ONG World Wildlife Found. Isso explica o fato de que, ao caminhar pela Reserva, encontramos muitas placas com nome destas organizações que atuam financiando as atividades de Manejo Florestal Madeireiro, a construção de galpões para armazenamento de castanha, fornecimento de equipamentos, carros, motocicletas e maquinários para as atividades de cooperativas em apoio às ações voltadas para o Desenvolvimento Sustentável.

Lefebvre (2014, p. 121) diz que a riqueza social não pode desenvolver-se no âmbito da apropriação individual: “[...] o objetivo não é combater a riqueza com vistas à mediocridade, e, sim, conquistar uma riqueza socializada e universalizada”. Na Reserva, dos grandes bancos às cooperativas locais, os interesses particulares e as oportunidades de negócios prevalecem em detrimento da natureza e do próprio trabalhador. O Estado atua como mediador do capital e do trabalho desumano, criando regulamentos (Plano de Utilização, Plano de Manejo, Estatutos, Contratações etc.), projetos e demais providências que tornam o cenário favorável para o capital. Mas o arruinamento social não fica exposto: está disfarçado por aparências fortalecidas diariamente. Lefebvre (2014, p. 128) afirma que a vida cotidiana funciona dentro de certas aparências, que são tanto os produtos das ideologias mistificadoras quanto contribuições com condições necessárias para que qualquer ideologia mistificadora funcione. Na Reserva, isso ocorre nas inúmeras reuniões, eventos, projetos e políticas, rasas e insuficientes, que sustentam uma coerência ilusória, falseando a realidade tal de modo que os assentados não tomem consciência da sua verdadeira condição social.

A cada dois meses acontecem reuniões com todos os Núcleos de Base, que supostamente teriam como objetivo principal discutir os principais problemas e entraves do dia a dia das pessoas que moram na Reserva. Essas reuniões entre lideranças locais e moradores são conduzidas por órgãos como: Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA),

Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), que trabalham empenhados na legitimação do Desenvolvimento Sustentável na Reserva. Em uma dessas reuniões, acompanhamos uma oficina de dois dias promovida pelo Governo do Estado do Acre, com o objetivo de construir um material em que constará o “Plano de Vida” dos moradores da Reserva mediante a construção de cenários futuros. O evento ocorreu em uma escola rural localizada no Seringal Nazaré, Colocação Nova Vida, Zona Geopolítica de Xapuri, a 43 km da área urbana. Nessa reunião, os problemas reais e concretos não foram expostos, e os membros representantes dos órgãos SEAPROF, SEMA e EMBRAPA expuseram aspectos da Reserva através de uma análise “SWOT”²⁹, que diagnostica as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de uma dada organização para auxiliar no planejamento e tomada de decisão. De acordo com estes membros, em média 30 moradores participaram de dinâmicas nas quais grupos de quatro a cinco pessoas expuseram seus pontos de vistas sobre: Saúde, Educação, Infraestrutura, Meio Ambiente, Produção, Turismo e Organização.

Figura 21: Oficina na Reserva organizada pelo Governo Estadual



A Figura 21 apresenta uma fotografia tirada durante uma dinâmica organizada na intenção de envolver, aparentemente, os moradores na gestão participativa da Reserva.

Considerando que, “através de insatisfações e privações a classe trabalhadora afirma a totalidade humana, sendo capaz de se transformar e transformar o mundo, transformando também a vida cotidiana” (LEFEBVRE, 2014, p. 222), essas reuniões poderiam ser uma

²⁹ Michael Porter propõe uma contextualização do cenário competitivo que leva a uma visão de posicionamento da empresa, indicando caminhos possíveis de melhorias (ambiente interno), assim como antecipação de ameaças e aproveitamento de oportunidades (ambiente externo). A Análise SWOT tem como principal objetivo identificar e caracterizar a posição estratégica de uma empresa ou mesmo de um produto ou serviço num determinado mercado, em certas condições competitivas, em determinado momento, tanto sob a ótica e análise interna, quanto externa. (STRATEGY PARTNERS, 2018) Disponível em: <www.dom-ecc.com.br/5-forcas-de-porter-analise-swot-quem-sou-onde-estou-e-para-onde-devo-ir/>. Acesso em: 02 maio 2018.

oportunidade para os trabalhadores se organizarem, discutirem sobre seus problemas cotidianos, seus principais enfrentamentos, refletindo sobre a estrutura a que estão submetidos e assumindo a consciência de que fazem parte de uma classe de oprimidos e que, frente às suas privações, estariam dispostos a não mais viverem aquela condição. Porém, tais reuniões foram apropriadas pelo governo estadual a fim de manter as aparências que disfarçam a imposição do Desenvolvimento Sustentável na Reserva, mediante uma suposta gestão participativa e democrática. Lefebvre (1991, p. 15) afirma que hoje “as ideologias mudaram, elas têm nome: funcionalismo, formalismo, estruturalismo, operacionalismo, cientificismo. Elas se apresentam como não-ideologias, misturando-se sutilmente.” Assim, através de órgãos de gestão, a ideologia vai se reproduzindo e se intensificando disfarçadamente.

Em outra área da Reserva, na Zona Geopolítica de Rio Branco, Seringal São Francisco do Iracema, Comunidade Cumaru, também foi realizada mais uma reunião, em setembro de 2017, na intenção de reforçar as propostas de Desenvolvimento Sustentável. Tal reunião foi realizada mediante uma oficina especificamente voltada à capacitação para Manejo Florestal Comunitário Madeireiro. De acordo com Araújo (2017),

O curso é uma iniciativa do governo do Acre, por meio da Secretaria de Meio Ambiente (Sema), que recebe o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ministrado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), entidade sem fins lucrativos que promove mudanças nos setores florestal e agrícola visando à conservação e o uso sustentável de recursos naturais e a geração de benefícios sociais.

A fim de conquistar a aceitação dessas práticas por parte dos moradores, os órgãos governamentais trabalham na legitimação do Manejo Madeireiro através de atividades que serão realizadas por um período de um ano e se estenderão pelas demais Zonas Geopolíticas da Reserva a fim de expandir essa proposta inclusa no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre. A Figura 22 demonstra um registro das atividades realizadas na Comunidade Cumaru, com a presença de moradores, representantes de organizações comunitárias e membros de órgãos governamentais envolvidos na gestão da Reserva.

Figura 22: Capacitação de Manejo Florestal Comunitário Madeireiro na Reserva



Fonte: Araújo (2017).

Como exposto, constatamos que as estratégias alienadoras atuam de maneira constante. Por mais que o negativo e o possível sejam reais, essas estratégias atuam na intenção de obscurecer as contradições e silenciar o pensamento crítico das pessoas. A atividade humana dentro de uma realidade alienígena é definida como alienação (LEFEBVRE, 2014, p. 129). Somente quando a alienação se torna consciente é que conquistamos uma realidade humana autêntica. Com as aparências fortalecidas, é construída uma pseudo-realidade, onde o cotidiano é mecânico mediante o bloqueio das possibilidades. Mas, ‘qual seria a realidade autêntica?’. Lefebvre (2014, p. 328) enfatiza uma concepção dialética de realidade ao dizer que: “sem possibilidades não pode haver atividade e nem realidade”, e por isso, toda realidade comporta possibilidades. Assim, o real é acompanhado do virtual, que corresponde ao possível projetado (viver), ao mesmo tempo que o próprio real existente é um possível realizado (vivido). O viver movido pelo sentimento de frustração nega o vivido que ao ser invocado e provocado surge como um vivido novo na busca pela realização de novas possibilidades, sendo “a passagem incessante do vivido para o viver e do viver para o vivido um aspecto do cotidiano” (LEFEBVRE, 2014, p. 342).

A negação da realidade advém da consciência que, segundo Lefebvre (2014, p. 329), “nasce de problemas, contradições e conflitos, de opções e escolhas que são necessárias e livres”. Para vislumbrar possibilidades de como a vida deve ser, contendo reais soluções para os problemas da vida social, é fundamental a clareza de como se vive. Somente assim o viver será projetado sob reais possibilidades de superação. Quando as pessoas são influenciadas pelas ideologias que atendem a interesses do enriquecimento de propriedade privada nos parâmetros da sociedade capitalista, estamos diante do comprometimento do viver através de uma expectativa viciada e projetada sob alicerces que conduzem ao arruinamento social. A vida cotidiana da Reserva Extrativista Chico Mendes é alimentada por soluções inalcançáveis que, por não solucionarem os problemas, não devem ser consideradas possibilidades. As

possibilidades são soluções para os problemas (LEFEBVRE, 2014). A solução pode ser ótima, medíocre, má ou falsa. O Desenvolvimento Sustentável imposto como proposta para solucionar os problemas existentes na Reserva não é uma alternativa na qual as pessoas deverão espelhar-se para pensar em possibilidades; e, sim, negá-lo.

Lefebvre (2014, p. 337) explica que as contradições dão origem a problemas e, portanto, a um conjunto de possibilidades na necessidade de encontrar uma solução, logo, à necessidade de fazer uma escolha. Mas, quando a ambiguidade reina, não há atividade criativa, tampouco possibilidades: sem possibilidade não há sequer realidade. As consciências são influenciadas pelas representações e mistificações construídas em torno do Desenvolvimento Sustentável, somadas aos efeitos sociais advindos do trabalho alienado. Esse fato é constatado quando as ações das pessoas na Reserva são mediadas por órgãos de gestão; quando os líderes e representantes dos moradores da Reserva firmam parcerias que trabalham em prol do enriquecimento privado. “Hoje, meus grandes parceiros são a WWF, a Cooperacre, na parte de organização de produção, e o governo do Estado como parceirão” (Ronaldo Souza, presidente de uma associação de moradores); ou mesmo quando defendem a mistificação de que o governo estadual oportunizou melhores condições de vida às pessoas da Reserva, como dito pelo entrevistado Sindomar Ferreira, morador da Reserva há 37 anos: “Eu respeito o PT até o último ponto, porque foi o único partido que deu solução para o trabalhador e olhou por nós”.

Movido por tais expectativas, o viver permanecerá constituído pelo sentimento de frustração diante do vivido, sem ação criativa e sem superação. Nesse sentido, podemos dizer que “o pseudo-cotidiano é vivido e percebido à maneira de uma consciência ambígua” (LEFEBVRE, 2014, p. 256), onde as ações se repetem e as possibilidades encontram-se bloqueadas. Se no âmbito do vivido e do viver estamos diante de escolhas das possibilidades a serem assumidas, no reino das ambiguidades nos deparamos com o desconhecimento das escolhas a serem feitas. Viver em ambiguidade consiste em “uma situação vivida constituída por contradições sufocadas, despercebidas, não reconhecidas como tal” (LEFEBVRE, 2014, p. 344). O fato dos assentados da Reserva viverem de maneira ambígua, não significa que essas pessoas aceitem ou sejam omissas; o fato é que estão envolvidas em meio às ambiguidades capazes de roubar suas ideias, consciências, identidade, sentimentos e sentidos, ao ponto de provocarem o desconhecimento sobre como de fato vivem, e, por isso, não possuem visão clara das possibilidades.

Aqueles que moram em áreas mais isoladas da Reserva sofrem privações mais intensas, e, na necessidade de garantir a mínima sobrevivência sua e de sua família, cedem à

exploração do trabalho ao invés de enfrentá-la. Essas pessoas não conseguem enxergar possibilidades que não sejam a de atender à necessidade de ganhar a vida mediante o trabalho imposto a elas pelos detentores dos meios de produção – fazendeiros e cooperativas. Para elas, enfrentá-las significaria optar pela miséria. Essa ambiguidade é resultado do encurralamento do potencial social humano através do trabalho alienado, que retira dos homens a consciência de que fazem parte da produção ativa do mundo e, por isso, podem mudar suas vidas.

Considerando que a alienação não se limita ao trabalho, mas envolve também aspectos ideológicos, pude observar que existem também assentados que agem de maneira ambígua por influência da ideologia do Desenvolvimento Sustentável. São pessoas que geralmente moram em áreas mais próximas da cidade e, por isso, possuem mais contato com as ações mistificadoras em torno dessa proposta. A percepção ambígua do cotidiano se manifesta, por exemplo, quando as pessoas acreditam que com a criação das Reservas Extrativistas ocorreu uma descontinuidade histórica de um contexto marcado pela degradação ambiental e exploração do trabalhador. Sobre essa crença de rupturas absolutas, contudo ilusórias, o entrevistado Francisco da Silva, morador da Reserva há 37 anos diz:

Os dias atuais são de muita diferença daquilo que foi o patrão e daquilo que foi o latifúndio [...] a partir de toda luta conseguimos conquistar o que temos hoje. Estamos dentro de uma reserva onde o latifúndio não vem mais ditar regra. Nós temos, aqui dentro da reserva, quem não entende essa conquista histórica importante que tivemos.

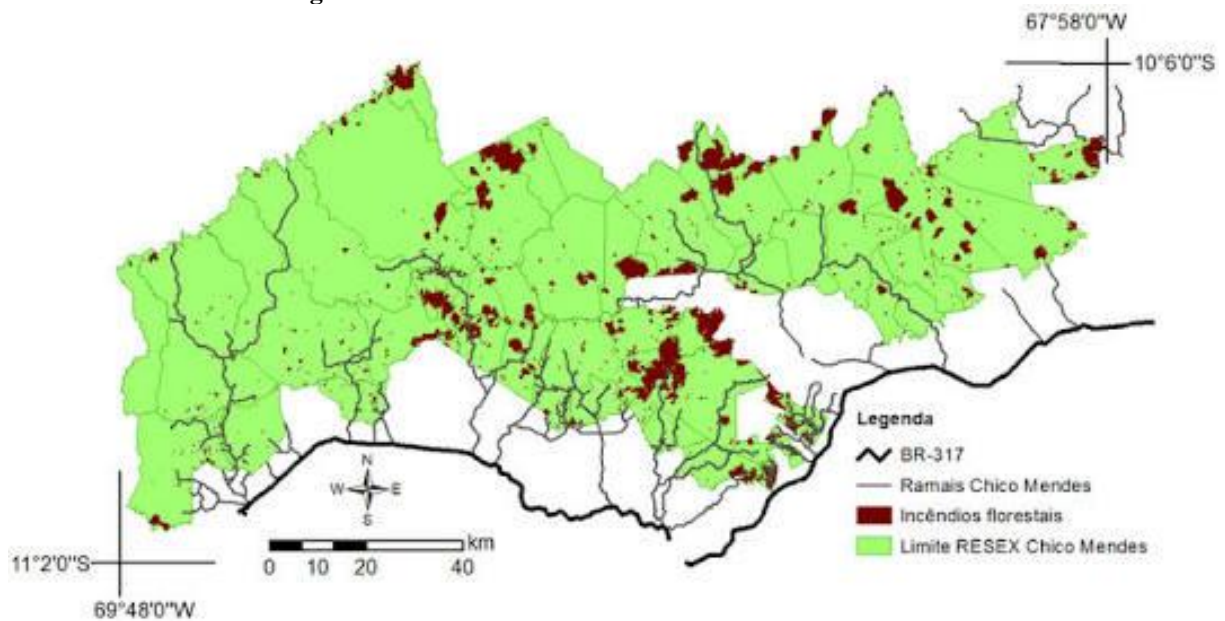
O morador acima, em seu relato, defende a ideia de conquista de ruptura da exploração do trabalhador, e com a opressão e degradação ambiental, mas o estudo crítico da vida cotidiana da Reserva Extrativista Chico Mendes apresenta a não superação dessas contradições e enfatiza suas continuidades. Ainda salientando a mistificação da ruptura definitiva, temos o relato do entrevistado Sidomar Ferreira, de 70 anos de idade e morador da Reserva há 37 anos:

[...] **pra acabar essas brigas grandes [empates], aí o governo resolveu desapropriar que era pra fazer a reserva (sic).** A reserva é mundo de Deus aí pra dentro, nós que mora (sic) aqui perto é bom demais, onde você vê tem estrada e onde tem estrada tem transporte. Quando não tinha ramal eu gastava 7 (sete) horas “de pés” (sic). (Sidomar Ferreira, 70 anos, grifo meu).

A região onde o entrevistado mora está a 23 km da área urbana, localizada na Colocação Bom Princípio, Seringal Floresta, Zona Geopolítica de Xapuri, sendo considerada razoavelmente próxima da cidade diante da extensão territorial da Reserva. O entrevistado acredita no fim da opressão na Reserva por parte dos fazendeiros, embora já tenhamos demonstrado a continuidade disto, a partir da interação entre o novo e o velho, presente e

passado. Também constatamos que os benefícios de um ramal, mencionados pelo entrevistado Sindomar Ferreira, atendem a uma minoria de pessoas, inclusive a construção de tais ramais foi com a intenção de viabilizar atividades de apropriação capitalista da natureza via Manejo Florestal Madeireiro, financiados por Bancos Nacionais e Internacionais em cooperação com o Governo Estadual, tendo como prioridade o desenvolvimento dessa atividade de mercadorização da natureza e não o bem-estar das pessoas que ali moram. A Figura 23, a seguir, apresenta os ramais existentes no interior da Reserva:

Figura 23: Ramais na Reserva Extrativista Chico Mendes



Lideranças locais também são influenciadas pela proposta de Desenvolvimento Sustentável. Francisco da Silva, que lutou em empates e foi companheiro de luta de Chico Mendes afirma o seguinte:

Nos dias atuais, continuamos dedicados à seringa, à castanha, e, também, dedicados a projetos do nosso governo que nós construímos, como reflorestamento. Nem em todas as colocações a gente encontra, o que não quer dizer que **não seja fruto de um governo que não seja interessado nessas coisas e o que se precisa é que as pessoas, uns não acreditam e outros se dão à preguiça, falta de coragem de fazer as coisas, não acreditando no futuro, prefere o imediatismo, que consegue pro imediato e não para o futuro** (Francisco da Silva, morador da Reserva a 39 anos, grifo meu).

Outra liderança local, o presidente da Associação de Moradores Ronaldo Souza, também demonstra, em seus relatos, influências do Desenvolvimento Sustentável, ao dizer:

No ano de 2000, quando se falava nisso, todo mundo ficava... O que é mesmo Desenvolvimento Sustentável? Igual ficam com manejo hoje. Aí, tinha um encontro grande, que quando era falado que habitação era Desenvolvimento Sustentável, a parte de produção, fomento dos bancos, né. Aí, o pessoal questionava, muita gente não achava que aquilo era desenvolvimento, pensava que aqui ia virar assentamento de colônia. Era qualidade de vida com alimento e ter produção pra fornecer pro

mercado (sic). **E como deu certo, né, a forma que foi pensado lá atrás, [...] o desenvolvimento começou dessa forma que foi se estendendo, e hoje já tem tanta coisa boa, e a gente foi acolhendo por causa da necessidade, e porque fomos vendo que foi importante.** Com isso, o nosso povo com avanço e qualidade de vida depois de tanto sofrimento. (Ronaldo Souza, Presidente de Associação de Moradores, grifo meu).

Em resposta à pergunta dessa pesquisa, “**como as contradições do Desenvolvimento Sustentável estão expressas na vida cotidiana dos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes?**”, constatou-se que tais contradições são históricas e suas continuidades são reforçadas nas relações de produção determinadas pelo sistema capitalista. O Desenvolvimento Sustentável se configura como inalcançável. O lucro advém da exploração do trabalhador e pertence às cooperativas e fazendeiros, enquanto as privações de uma vida miserável pertencem ao assentado. O trabalho desumano, favorecimento de minorias, enriquecimento privado e mercadorização da natureza são identificados em meio a um cotidiano de estagnação social, desconhecimento, equívocos e repetições. O atendimento às necessidades sociais (saúde, lazer, educação, infraestrutura) é deficiente. A natureza padece com a pecuarização que resulta no crescente desmatamento. Pelo caráter ambíguo, e dada a inexistência de pressões sobre as contradições da Reserva Extrativista Chico Mendes, não podemos ainda identificar sequer a Práxis Revolucionária Parcial, caracterizada por “não se submeter às relações reais de produção exercendo pressão sobre as contradições visando transformá-las, ainda que carregue junto alguns elementos que reproduzem o modo de produção capitalista” (LEFEBVRE, 2014, p. 358).

Com o aprofundamento das alienações na Reserva Extrativista Chico Mendes, a ambiguidade reina. Entretanto, esta não é permanente, pois chega o momento em que o homem decide fazer julgamentos e escolhas. Em Lefebvre (2014, p. 348), a crítica da vida cotidiana envolve tornar as ambiguidades insuportáveis, e essa mesma decisão negará e revelará a ambiguidade que se desmantelará. Assim, o caráter ambíguo da vida cotidiana da Reserva Extrativista Chico Mendes, tomado pela alienação, só poderá ser superado mediante a decisão de não mais viver como se vive e, para isso, trazer à tona as contradições vividas é essencial.

Com o rompimento da ambiguidade diante da decisão, o viver e o vivido ressurgem em interação na busca pela realização de novas possibilidades, momento em que “tudo deve ser julgado em relação ao seu projeto: a realidade, o que é possível, o que foi alcançado, história e revolução” (LEFEBVRE, 2014, p. 225). O conhecimento é desenvolvido pelo pensamento dialético que nega a estrutura existente e dá início a ações orientadas para o ataque aos simbolismos, ideologias e representações determinadas pelos grupos hegemônicos,

desmontando, assim, suas aparências. Nesse momento³⁰, a vida cotidiana se configura como “o trampolim para ações sublimes” (LEFEBVRE, 2014, p. 228), em que o caráter ambíguo dá lugar a escolhas conscientemente orientadas e a consciência individual é complementada pela consciência social.

³⁰ O momento aqui é pensado a partir da perspectiva de Lefebvre (2014, p. 428), que o define como “tentativa de atingir a realização total de uma possibilidade”.

CONCLUSÃO

O Desenvolvimento Sustentável emergiu da capacidade dinâmica que o capitalismo possui de criar e inovar-se, reinventando-se e se apropriando até mesmo das críticas de suas práticas. No Acre, práticas de Desenvolvimento Sustentável têm sido apresentadas e adotadas como solução para proporcionar a melhoria das condições sociais, econômicas e ambientais, a partir da conciliação destes elementos. O estudo crítico da vida cotidiana na Reserva constatou que as atividades inerentes a esse projeto, como a extração do látex, da madeira e da castanha, não garantem a sobrevivência dos trabalhadores e moradores da Reserva. O acesso à saúde, educação, saneamento básico, lazer e demais necessidades básicas e essenciais é uma realidade que atende a uma pequena parcela de moradores da Reserva, ainda assim, de maneira muito insuficiente. A natureza padece. O trabalho é muito, o dinheiro é pouco. Trabalhar para o fazendeiro tornou-se questão de sobrevivência. As cooperativas que deveriam trabalhar em benefício comum dos cooperados apropriam-se daquilo que é produzido de maneira exploratória. Os trabalhadores são submetidos às condições de trabalho determinadas pelos detentores dos meios de produção. A natureza é submetida à condição de mercadoria.

Na alienação constatou-se a ruptura da relação homem – trabalho – natureza (falha metabólica), pela qual a natureza como elemento apropriado pelo homem através do trabalho para satisfação das necessidades humanas é substituída pela forma mercadoria. Também a maneira como o trabalhador se relaciona com a natureza reduz-se à venda da sua mão de obra. Com a inibição do potencial social humano é construído um cenário favorável para o avanço de uma sociedade conduzida em torno da exploração da natureza e do trabalho. As contradições do capitalismo se fazem presentes na concentração de riquezas nas mãos de minorias, na exploração do trabalhador e na submissão da natureza e do homem aos interesses da propriedade privada. Mas estas contradições não ficam expostas. Elas encontram-se disfarçadas pelas estratégias alienadoras frequentes: o homem retomar a si, assumir o pensamento crítico e realizar ações conscientemente orientadas à mudança radical de como vive é uma ameaça ao capitalismo. Quando o homem não conhece verdadeiramente a realidade em que vive, sendo conduzido por aparências, pensa imerso a uma pseudo-realidade, e por isso não consegue enxergar possibilidades de transformação.

Mesmo descontentes com a vida na Reserva, os trabalhadores não conseguem enxergar possibilidades para transformá-la, e, por isso, seus descontentamentos acabam sendo

expostos mediante discussões vazias e propostas que não levam a reais soluções para os problemas. A vida cotidiana na Reserva é conduzida por diversos mecanismos e arranjos que atuam como mantenedores das relações contraditórias.

O Desenvolvimento Sustentável como alternativa para a conservação da natureza através do uso sustentável dos recursos naturais, aliado ao crescimento econômico e bem-estar social da Reserva, se configura como uma ideologia que parte de grupos hegemônicos estreitamente associados a interesses privados. Frente à ambiguidade constatada, temos empresas, bancos, ONG's, órgãos públicos, enfim, várias entidades nacionais e internacionais que, ao mesmo tempo em que sustentam este argumento, vislumbram novas oportunidades de negócios. Diante dos interesses da propriedade privada, constatamos a não superação de contradições históricas da região, como o trabalho explorado, favorecimento de grupos hegemônicos e degradação da natureza. Estas contradições são inerentes não apenas ao Desenvolvimento Sustentável, mas também ao capitalismo em si. Contudo, se encontram obscurecidas por ambiguidades.

Na Reserva, as aparências construídas pelo Desenvolvimento Sustentável, acompanhadas de mistificações e ilusões que deturpam a consciência dos homens, prevalecem através de reuniões, eventos, políticas públicas insuficientes e uma gestão supostamente democrática.

Somente quando as pessoas reconhecerem como de fato vivem, e a razão genuína dos problemas que enfrentam, é que serão capazes de enxergar novos horizontes direcionados à transformação de suas vidas. Com a criação das Reservas Extrativistas, o cotidiano foi modificado de forma contraditória, e, por isso, a vida como ela é, o atual, o realizado, são dramáticos.

REFERÊNCIAS

ACRE. Secretaria de Estado das Florestas. **Manejo Florestal Madeireiro e Contenção do Desflorestamento no Estado do Acre**. Rio Branco, 2008.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 2002. 826f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2002.

ARAÚJO, André. **Sema promove curso de capacitação sobre Manejo Florestal Comunitário Madeireiro**. Rio Branco, 2017. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/sema-promove-oficina-de-capacitacao-sobre-manejo-florestal-comunitario-madeireiro/>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Estatuto**. (Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17.12.2002. Alterado nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 21.05.2004, 29.04.2005, 28.04.2006, 25.04.2007, 21.09.2007, 11.12.2007, 12.11.2010, 09.09.2011, 15.10.2012, 06.03.2015, 12.11.2015, 07.03.2016, 13.09.2016, 04.09.2017 e 19.01.2018). Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/images/Estatuto_Social.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual de 2016**. Disponível em: <<http://wordlbank.org>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Livro Verde: nossa história tal como ela é**. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. **Instrução Normativa ICMBio nº 16, de 04 de agosto de 2011**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre**. Brasília, 1995.

CARMO, Maria do. **Entrevista VII**. [set.2017]. Entrevistadora: Kárytha Krystyny Melo da Silva. Rio Branco, 2017. 1 arquivo .mp3 (31min. e 13 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta dissertação.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **A epopeia do Acre e a manipulação da história no Movimento dos Autonomistas e no Governo da Frente Popular: Sangue e Lodo no Surto da Borracha (1876-1914)**. Rio Branco, 2015.

_____. **A formação da sociedade econômica do Acre**. Rio Branco, 2015.

COOPERFLORESTA. **Informações sobre a Cooperfloresta**. 2017. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por karythak@gmail.com, em 17 fev. 2017.

COSTA, Flaviano. **Entrevista II**. [set.2017]. Entrevistadora: Kárytha Krystyny Melo da Silva. Rio Branco, 2017. 1 arquivo .mp3 (22min. e 32 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta dissertação.

DAMBORIARENA, Luiza. Neoliberalismo como ideologia: Uma reflexão sobre a sua reprodução na vida cotidiana a partir de Henri Lefebvre. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**. Volume. 3. n. 1, p. 63-76, jun. 2016.

DUARTE, C. F. A dialética entre permanência e ruptura nos processos de transformação do espaço. In: Denise Barcellos Pinheiro Machado. (Org.). **Sobre urbanismo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Viana & Mosley / Ed. PROURB, 2006, v. 1, p. 27-3).

FAÉ, Rogério. **Os discursos sobre desenvolvimento como recurso político-estratégicos: o Banco Mundial como organização central do discurso de desenvolvimento**. 2009. 264f. Tese (Doutorado em Administração) – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

FERRAZ, Monica. **Entrevista VIII**. [set.2017]. Entrevistadora: Kárytha Krystyny Melo da Silva. Rio Branco, 2017. 1 arquivo .mp3 (15min. e 1 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta dissertação.

FERREIRA, Sindomar. **Entrevista I**. [set.2017]. Entrevistadora: Kárytha Krystyny Melo da Silva. Rio Branco, 2017. 1 arquivo .mp3 (39min. e 57 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta dissertação.

FITTIPALDY, Márcia Cristina Pereira de Melo. **Reserva Extrativista Chico Mendes: dos empates à pecuarização?** Rio Branco: Edufac, 2017.

FLORES, Rafael Kruter. **Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum**. 2013. 219f. Tese (Doutorado em Administração) – UFRGS, Porto Alegre, 2013.

FLORES, Rafael Kruter; OLIVEIRA, Clarisse Misoczky; MISOCZKY, Maria Ceci. **Henri Lefebvre - marxista e humanista: traços de sua apropriação no Planejamento Urbano e nos Estudos Organizacionais**. Porto Alegre, 2017.

FLORES, Rafael Kruter; Maria Ceci, MISOCZKY, SILVA, Sueli Maria Goulart. **Estudos Organizacionais e Movimentos Sociais: O que sabemos? Para onde vamos?** Cadernos Ebape.Br, v.6, n. 3, Set. 2008.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRAZÃO, Dilva. **Biografia de Charlie Darwin**. (2017). Disponível em: <https://www.ebiografia.com/charles_darwin/>. Acesso em: 03 jan. 2017.

FREITAS, Antonieta. **Entrevista V**. [set.2017]. Entrevistadora: Kárytha Krystyny Melo da Silva. Rio Branco, 2017. 1 arquivo .mp3 (10 min. e 38 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta dissertação.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRENZER, Matthias. **Chico Mendes como vereador xapuriense (1977-1982)**. 2013. 124f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2013.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v.2, n.4, p. 1-30, Tradução, ago. 2007.

_____. **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

ICMBIO. **Manifesto dos Servidores do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade lotados na Reserva Extrativista Chico Mendes**. Rio Branco/Acre, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of daily life**. London: Verso, 2014 (versão digital).

MARTINELLO, Pedro. **A “batalha da borracha” na segunda guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico**. 1985. 368f. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo, 1985.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. 4ª. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital: Livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEIRELLES, Maria. **Secretaria de Meio Ambiente atua no fortalecimento da Cooperfloresta**. 2016. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/secretaria-de-meio-ambiente-atua-no-fortalecimento-da-cooperfloresta/>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

MELO, Isaac. **A Era dos Seringais**. 2012. Disponível em: <<https://almaacreana.blogspot.com.br/2012/02/era-dos-seringais.html>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

MELO, Ray. **Governos do PT no Acre já operaram mais R\$ 2,5 bilhões em 15 anos**. Matéria publicada no jornal online Ac24horas, em 03/10/2017. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2017/10/03/renegociacao-de-dividas-junto-ao-bndes-revela-que-governos-do-pt-no-acre-ja-operaram-mais-de-25-bilhoes-em-15-anos/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione. **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco, 2006.

RANZI, Cleusa Maria Damo Ranzi. **Raízes do Acre**. Rio Branco, 2008.

RÊGO, José Fernandes do. **Estado e Políticas Públicas: a reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar**. São Luís: EDUFMA, Rio Branco: Ufac, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHMID, Christian. **A Teoria da Produção do Espaço em Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional**. São Paulo: GEOUSP, 2012.

SILVA, Francisco da. **Entrevista III**. [set.2017]. Entrevistadora: Kárytha Krystyny Melo da Silva. Rio Branco, 2017. 1 arquivo .mp3 (31min. e 14 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta dissertação.

SILVA, Geovane Costa da. **Entrevista VI**. [set.2017]. Entrevistadora: Kárytha Krystyny Melo da Silva. Rio Branco, 2017. 1 arquivo .mp3 (55min. e 2 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta dissertação.

SILVA, Manoel. **Entrevista IV**. [set.2017]. Entrevistadora: Kárytha Krystyny Melo da Silva. Rio Branco, 2017. 1 arquivo .mp3 (45min. e 9 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta dissertação.

SOBRINHO, Costa. Chico Mendes, A Trajetória de Uma Liderança. In: PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione (Org.). **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acreana**. Rio Branco. 2006.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**. Rio Branco, 1992.

SOUZA, João José Veras de. **O “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre”**: uma análise à luz do discurso do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2008.

SOUZA, Ronaldo. **Entrevista IX**. [set.2017]. Entrevistadora: Kárytha Krystyny Melo da Silva. Rio Branco, 2017. 1 arquivo .mp3 (78min. e 7 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta dissertação.

WWWF-BRASIL. **Guia Informativo da Gestão Participativa na Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre**. 2015. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/informacoes/?45544/guia-informativo-da-gestao-participativa-na-reserva-extrativista-chico-mendes>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Sites consultados

BANCO DE DESENVOLVIMENTO KfW. **Grupo KfW**. (KfW, 2018). Disponível em: <<https://www.kfw-entwicklungsbank/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Conheça o BID.** (BID, 2017) Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/sobre-o-banco-interamericano-de-desenvolvimento%2C5995.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

WORLD WILDLIFE FUND. **WWF no Mundo.** (WWF, 2018) Disponível em: <https://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_mundo/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Fundo da Amazônia.** (MMA, 2018). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/fundo-amazonia>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** (ONU, 2018). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/pnud/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY. **About Us.** (GEF, 2018) Disponível em: <<https://www.thegef.org/about-us>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

BANCO DA AMAZÔNIA. **História.** (BASA, 2017). Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/institucional-obanco-historia>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

COOPERACRE. **A empresa.** 2017. Disponível em: <<https://www.Cooperacre.com/conteudo/a-empresa>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

PORTAL DA AMAZÔNIA. **União de extrativistas muda a realidade da floresta acreana.** 2017. Disponível em: <<http://portalamazonia.com/noticias/uniao-de-extrativistas-muda-a-realidade-da-floresta-acreana>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

ANEXO**DECRETO Nº 98.897, DE 30 DE JANEIRO DE 1990, QUE CRIA AS RESERVAS EXTRATIVISTAS**

Presidência da República
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 98.897, DE 30 DE JANEIRO DE 1990.

Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, combinado com o art. 225 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 9º. inciso VI, da Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, com a redação dada pela Lei nº. 7.804, de 18 de julho de 1989,

DECRETA:

Art. 1º. As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

Art. 2º. O Poder Executivo criará reservas extrativistas em espaços considerados de interesse ecológico e social.

Parágrafo único. São espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social as áreas que possuam características naturais ou exemplares da biota que possibilitem a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da conservação ambiental.

Art. 3º. Do ato de criação constarão os limites geográficos, a população destinatária e as medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo para a sua implantação, ficando a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as desapropriações que se fizerem necessárias.

Art. 4º. A exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso, na forma do art. 7º. do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

1º. O direito real de uso será concedido a título gratuito.

2º. O contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo Ibama e conterà cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão inter vivos.

Art. 5º. Caberá ao Ibama supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de que trata o artigo anterior.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

JOSÉ SARNEY

João Alves Filho